Patrimônio Cultural Imaterial e Desastres Tecnológicos: Um Panorama Historiográfico dos Bairros Atingidos em Maceió

Clair da Cunha Moura Junior[1]

Airton de Souza Mêlo[2]

Introdução

O desastre tecnológico causado pela exploração de sal-gema pela mineradora Braskem S.A. provocou impactos significativos nos territórios urbanos de Maceió, em especial nos bairros de Bebedouro, Mutange, Bom Parto, Farol e Pinheiro, afetando diretamente a vida cotidiana, as relações comunitárias e a reprodução cultural de suas populações. Nesse contexto, a pesquisa desenvolvida no âmbito do Inventário Participativo do Patrimônio Cultural Imaterial de Maceió (IPCI Maceió) concentrou-se na identificação, documentação e análise de práticas culturais imateriais, buscando compreender a circulação de saberes, a produção de sentidos de pertencimento e a manutenção das redes de sociabilidade nas áreas atingidas pelo desastre.

O recorte territorial adotado restringiu-se às áreas diretamente impactadas pela desocupação compulsória determinada pela Defesa Civil, onde rupturas territoriais e perda de referências físicas intensificaram a vulnerabilidade cultural das comunidades. A investigação enfrentou limitações significativas em termos de fontes bibliográficas e registros escritos sobre a história recente desses bairros, evidenciando lacunas nos processos formais de documentação e na visibilidade das práticas culturais locais. Para superar essas restrições, a pesquisa adotou como estratégia central a coleta de narrativas orais junto a moradores e agentes culturais, permitindo reconstruir trajetórias, repertórios e memórias coletivas de maneira sensível à experiência vivida.

A partir dessa abordagem, o estudo buscou revelar como o patrimônio cultural imaterial se articulava às relações territoriais e sociais, estruturando a vida comunitária e a circulação cultural nos bairros afetados. Ao mesmo tempo, evidenciou a importância de considerar práticas, espaços e saberes que, embora pouco registrados em fontes formais, desempenhavam papel fundamental na manutenção da memória, da identidade e da

[1] Historiador e pesquisador do Projeto IPCI Maceió. Mais informações: Perfil de Clair da Cunha Moura Junior na Plataforma Digital do INRC/IPHAN. Acesso em: 7 out. 2026.

[2] Historiador e pesquisador do Projeto IPCI Maceió. Mais informações: Perfil de Airton de Souza Melo na Plataforma Digital do INRC/IPHAN. Acesso em: 7 out. 2026.

continuidade cultural das comunidades impactadas pelo desastre tecnológico. Este texto, de cunho historiográfico, busca sistematizar os dados levantados ao longo da pesquisa e integra-se a um conjunto de outras produções elaboradas pela equipe do IPCI Maceió, oferecendo um panorama analítico sobre o território cultural e as práticas imateriais nos bairros atingidos

Formação histórica da cidade de Maceió

A formação histórica da cidade de Maceió resulta de um complexo entrelaçamento de processos coloniais, econômicos, migratórios e territoriais que, ao longo do tempo, conformaram sua paisagem urbana e a composição sociocultural de sua população. Todavia, uma análise consistente dessa trajetória exige o reconhecimento das territorialidades originárias que antecederam a colonização portuguesa, fundamentais para a constituição inicial do espaço regional.

No início do período colonial, o território correspondente ao atual estado de Alagoas era predominantemente ocupado por povos indígenas pertencentes ao tronco linguístico tupi, subdivididos em diversos grupos, entre os quais se destacam Caetés, Cariris, Vouvés, Moriquitos e Abacatiaras (Altavila, 2023). Embora inexistam registros documentais precisos que permitam identificar, de forma inequívoca, quais desses grupos habitavam especificamente a área que viria a constituir Maceió, é plausível supor a presença dos Caetés, em razão de sua ampla ocupação do litoral alagoano. Inseridos no universo cultural tupinambá, esses povos desenvolveram modos de vida profundamente articulados aos ecossistemas costeiros e lagunares, baseados em práticas de pesca, navegação em canoas, produção cerâmica e sistemas simbólicos e cosmológicos vinculados à natureza.

A chegada dos colonizadores portugueses desencadeou um processo sistemático de violência, extermínio e deslocamento forçado das populações indígenas, intensificado à medida que avançava a ocupação colonial sobre territórios tradicionais. Em 1549, os Caetés entraram em confronto com portugueses na vila de Igarassu, e os conflitos tornaram-se recorrentes ao longo do litoral nordestino. O episódio do naufrágio, em 1556, da embarcação que transportava o primeiro bispo do Brasil, Pero Fernandes Sardinha, constituiu um marco nas relações entre indígenas e colonizadores. Segundo a narrativa portuguesa, os sobreviventes teriam sido capturados e mortos em ritual antropofágico,

versão posteriormente mobilizada como justificativa para a intensificação das ações militares contra os povos locais.

No contexto do governo-geral de Mem de Sá, com o respaldo da Igreja Católica, teve início, a partir de 1562, a denominada "Guerra dos Caetés", campanha militar que resultou na morte, escravização e dispersão de milhares de indígenas. Estima-se que parcela significativa dessa população tenha sido dizimada ou forçada a migrar para o interior, configurando um processo de devastação humana e territorial que abriu caminho para a consolidação da ocupação colonial. Tal episódio foi determinante para a posterior formação da capitania de Alagoas e para a reconfiguração demográfica do território, produzindo lacunas documentais acerca das populações originárias da área onde se estabeleceria Maceió.

Apesar do apagamento sistemático promovido pela colonização, vestígios dessa ancestralidade persistem, ainda que de forma residual e frequentemente invisibilizada, manifestando-se em topônimos, práticas culturais e saberes tradicionais transmitidos ao longo das gerações. O próprio nome "Maceió" remonta ao tupi — "Maçayó" ou "Maçaio-k" —, comumente interpretado como "aquele que tapa o alagadiço", referência às características ambientais da região. O reconhecimento dessa dimensão pré-colonial amplia a compreensão histórica do território e contribui para a restituição simbólica das memórias e territorialidades indígenas.

A origem urbana de Maceió constitui objeto de debate historiográfico, evidenciando a complexidade dos processos que marcaram a transição do território indígena para a ordem colonial. Uma das hipóteses associa o surgimento do primeiro núcleo urbano ao Engenho Massayó[3], instalado entre o mar e a lagoa no início do século XVIII. Embora tenha funcionado por período limitado, em razão de condições desfavoráveis ao cultivo da cana-de-açúcar, o engenho teria desempenhado papel simbólico na consolidação da presença colonial. O topônimo de origem tupi foi inicialmente atribuído a um riacho local[4], sendo posteriormente incorporado à designação do território.

[3] derivação da palavra Maçayó.

[4] anteriormente conhecido como Riacho Maceió — e, em registros mais antigos, como Riacho Maçayó — , o atual Riacho Salgadinho nasce no Poço Azul, no bairro Jardim Petrópolis, e desempenhou papel fundamental na formação da capital alagoana.

Outra interpretação, atualmente mais aceita, localiza o núcleo fundador no povoado de Jaraguá[5], antigo reduto de pescadores cuja posição estratégica favoreceu o escoamento da produção açucareira dos vales dos rios Mundaú e Paraíba. A partir do Porto de Jaraguá, consolidaram-se fluxos mercantis e populacionais que impulsionaram a expansão urbana, configurando Maceió como entreposto comercial articulador entre o interior agrícola e o litoral atlântico. Diferentemente de outras vilas formadas a partir de funções político-religiosas, o crescimento maceioense esteve, desde seus primórdios, ancorado na funcionalidade portuária e na dinâmica econômica.

A emancipação da Província de Alagoas, formalizada em 1817 com seu desmembramento de Pernambuco, intensificou disputas em torno da definição da sede administrativa. A elevação de Maceió à categoria de vila, em 1815, constituiu marco relevante na afirmação de seu protagonismo regional. Embora a sede inicial tenha permanecido na antiga Vila de Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul (atual cidade de Marechal Deodoro), o dinamismo econômico de Maceió — impulsionado pela abertura dos portos em 1808 e pela intensificação das atividades comerciais — fortaleceu as reivindicações por sua elevação à condição de capital. Em 1839, a transferência do Tesouro Provincial consolidou essa mudança, instituindo uma nova centralidade urbana baseada na racionalidade econômica e logística.

O desenvolvimento da cidade estruturou-se em torno do Porto de Jaraguá e da Praça dos Martírios[6], expandindo-se em direção aos bairros centrais e conectando-se ao interior por meio da Estrada da Cambona[7]. Ao longo do século XIX, a expansão do comércio e a implantação de infraestrutura, como o sistema de bondes inaugurado em 1868, impulsionaram a modernização urbana.

[5] O topônimo Jaraguá, de origem indígena, apresenta diferentes interpretações etimológicas: iara (senhor) e iguá (bom), ou guá (pintado), segundo João Severiano; jara (senhor) e guá (enseada), entendido como "enseada do senhor", conforme Dias Cabral; e, ainda, yar-a-guá, "enseada do ancoradouro", ou yara-guá, "enseada das canoas", de acordo com Moreira e Silva.

[6] Conhecida originalmente como Largo da Atalaia, a atual Praça dos Martírios — oficialmente denominada Praça Marechal Floriano Peixoto — teve seu nome associado à construção da Igreja do Bom Jesus dos Martírios, por volta de 1880; inaugurada em 1908, constitui um dos principais marcos históricos de Maceió, localizada na região central, onde também se situam o Palácio Floriano Peixoto (antiga sede do governo) e a referida igreja.

[7] Historicamente associada à Rua General Hermes, importante via de ligação entre o bairro de Bebedouro e o porto de Jaraguá.

A formação urbana de Maceió esteve profundamente vinculada à presença e ao trabalho das populações negras escravizadas e, posteriormente, libertas. A constituição material da cidade foi amplamente sustentada por essa força de trabalho, cuja atuação extrapolou a dimensão econômica, deixando marcas estruturantes na organização social, cultural e simbólica do território. No século XIX, a cidade caracterizava-se por significativa presença de escravizados, forros, africanos livres e homens livres pobres, que desenvolveram múltiplas estratégias de subsistência e resistência frente à ordem escravista (Marques, 2013).

Com o declínio do sistema escravocrata e a reestruturação da economia açucareira, intensificaram-se processos de deslocamento populacional, levando ex-escravizados e seus descendentes a ocuparem áreas periféricas, especialmente regiões alagadiças próximas às lagoas Mundaú e Manguaba[8]. Nesse contexto, formaram-se os primeiros mocambos urbanos em bairros como Bebedouro, Mutange e Bom Parto. Esses territórios devem ser compreendidos não apenas sob a ótica da precariedade, mas como espaços de resistência, memória e recriação cultural, onde se estruturaram economias de subsistência, redes comunitárias e formas próprias de sociabilidade.

A formação urbana de Maceió, portanto, expressa um processo historicamente marcado pela heterogeneidade territorial e pela produção de desigualdades socioespaciais. A expansão da cidade resultou da interação entre dinâmicas econômicas, fluxos migratórios e limitações das políticas urbanas, configurando um espaço urbano profundamente desigual. Nesse contexto, a análise da ocupação da planície lagunar e da consolidação da parte baixa da cidade permite compreender, de forma mais detalhada, os processos iniciais que estruturaram o tecido urbano maceioense.

A formação histórica dos bairros na planície lagunar e a consolidação da parte baixa da cidade

O processo de expansão urbana de Maceió teve início na região portuária de Jaraguá e no núcleo administrativo do Centro, irradiando-se progressivamente para áreas adjacentes como Levada, Bebedouro e Fernão Velho. A ocupação inicial concentrou-se, sobretudo, na planície litorânea e na planície lagunar — porção correspondente à parte baixa do

[8] Embora, do ponto de vista técnico, Mundaú e Manguaba possam ser classificadas como lagunas, por manterem conexão com o mar, adota-se neste texto o termo “lagoas”, denominação amplamente consagrada no uso popular e na literatura regional.

território — moldando os primeiros bairros urbanos e estabelecendo as bases materiais e sociais da capital em formação.

Nessas áreas, bairros como Bebedouro, Mutange e Bom Parto estruturaram-se a partir da proximidade com o porto e da inserção nas dinâmicas comerciais regionais. A conformação desses territórios foi profundamente impactada pelos ciclos econômicos ligados à produção açucareira, pelo avanço da industrialização e pelos intensos fluxos migratórios que acompanharam a consolidação de Maceió como capital provincial. O Largo dos Martírios — posteriormente denominado Boca da Cambona, em 1820 — tornou-se importante entreposto comercial, onde muladeiros comercializavam parte dos produtos trazidos do interior, conectando a economia agrária à capital (Lima Júnior, 1976).

Situado às margens da Lagoa Mundaú, o bairro de Bebedouro ocupa uma posição estratégica na formação histórica e territorial de Maceió. Sua origem remonta a um ponto de passagem que margeava a Lagoa do Norte — denominação pela qual a atual Lagoa Mundaú era conhecida durante o século XIX e até meados do século XX — localizado na confluência dos riachos Luiz da Silva, Perus e Cardoso, onde tropeiros e viajantes que se deslocavam entre o interior da província e o núcleo urbano da capital realizavam paradas para descanso, banho e abastecimento de água para seus animais.

Esse local de parada, conhecido inicialmente como “ponte de Bebedouro” ou passagem de Bebedouro, consolidou-se como um ponto estratégico de acesso ao bairro, articulando caminhos terrestres — que o conectavam ao interior e ao porto de Jaraguá — e rotas lagunares pela Lagoa Mundaú, utilizadas por pequenas embarcações no transporte entre povoados ribeirinhos e áreas centrais. Essa posição favoreceu sua transformação gradual em um núcleo de ocupação permanente.

Nesse contexto, surgiram as primeiras edificações, inicialmente palhoças e casas de taipa cobertas com palha, voltadas à oferta de alimentos para viajantes e tropeiros, com destaque para preparações da culinária regional. Tais práticas comerciais contribuíram para consolidar o local como espaço de encontro, estimulando a fixação progressiva de moradores.

Ao longo do século XIX, o povoado experimentou um crescimento progressivo. Por volta de 1870, já existiam mais de 150 habitações, organizadas em pequenos sítios — unidades

de ocupação compostas por moradias dispersas, geralmente associadas a áreas de cultivo e uso familiar da terra —, configurando um núcleo ainda pouco adensado, inserido em uma extensa área conhecida como Sítio da Capelinha do Bebedouro. Nesse espaço encontrava-se uma pequena capela dedicada a Santo Antônio, construída por volta de 1816 por Antônio Maria de Aguiar, comerciante português que se estabeleceu em Maceió e exerceu papel relevante na administração local, tendo sido eleito procurador da primeira Câmara Municipal da cidade. Em frente à capela existia também um cemitério improvisado, evidenciando a organização inicial da vida comunitária em torno da instituição religiosa.

Com o crescimento populacional e a consolidação do povoado, a antiga capela foi substituída por uma nova igreja dedicada a Santo Antônio, cuja construção teve início em 1870, sob iniciativa do Comendador Jacintho Nunes Leite, sendo concluída em 1873. O edifício ainda preserva elementos arquitetônicos de sua configuração histórica, como os azulejos portugueses presentes na fachada. Em 1913, a igreja foi elevada à condição de matriz da paróquia de Bebedouro, reforçando o papel central da religiosidade na organização social do bairro. No espaço onde anteriormente funcionava o cemitério foi posteriormente implantado o Largo de Santo Antônio, atual Praça Coronel Lucena Maranhão, consolidando-se como importante espaço de convivência e sociabilidade local, enquanto o novo cemitério foi transferido para a Rua Belo Alves, no bairro de Bebedouro, onde permanece até os dias atuais.

O desenvolvimento urbano do bairro também esteve associado à melhoria das condições de transporte e mobilidade. Com o aumento da população e a intensificação das atividades comerciais, foi criada pelo comendador Antônio Ferreira Gomes a Companhia Alagoana de Trilhos Urbanos (CATU), responsável pela implantação de um sistema de bondes inicialmente movidos à tração animal. Para viabilizar a circulação desses veículos em um terreno marcado por desníveis, o leito da atual Rua Cônego Costa, em Bebedouro, até a Rua General Hermes, na Cambona, foi rebaixado — intervenção que explicava a presença das calçadas elevadas que caracterizam a paisagem urbana do bairro. Posteriormente, os bondes foram eletrificados, antecipando inclusive a chegada da energia elétrica residencial à região, que até então era iluminada por lampiões a querosene e, nas residências de famílias mais abastadas, por sistemas à base de carbureto ou álcool.

Com a ampliação das infraestruturas urbanas e o crescimento demográfico, o antigo povoado foi elevado à categoria de bairro, processo que atraiu moradores pertencentes a camadas sociais mais abastadas da cidade. No início do século XX, Bebedouro consolidou-se como um bairro de caráter aristocrático, marcado pela presença de residências amplas e casarões que contrastavam com as moradias mais simples ainda existentes na região. Esse contraste social tornou-se uma característica marcante do bairro, especialmente entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Entre os anos de 1890 e 1920, Bebedouro já apresentava um traçado urbano mais estruturado, com diversas ruas e intensa atividade comercial. O comércio local inicialmente se organizava de forma ambulante, com vendedores transportando verduras e outros produtos em balaios suspensos por varas apoiadas nos ombros. A partir da década de 1930, consolidou-se a chamada “feirinha de Bebedouro”, instalada inicialmente em frente à Igreja de Santo Antônio e posteriormente transferida para a parte posterior do templo. Nesse período, o bairro passou a ser reconhecido como um dos principais centros comerciais de Maceió, desempenhando papel fundamental na articulação entre os circuitos econômicos urbanos e as dinâmicas produtivas do interior do estado.

Assim, a trajetória histórica de Bebedouro evidencia sua importância na formação urbana de Maceió, articulando funções de passagem, comércio, religiosidade e sociabilidade. A combinação entre sua localização estratégica às margens da Lagoa Mundaú, a presença de infraestruturas de transporte e a diversidade social de seus moradores contribuiu para que o bairro se consolidasse como um dos espaços mais dinâmicos e culturalmente significativos da capital alagoana ao longo de sua história.

O bairro do Bom Parto configura-se como um dos territórios mais tradicionais e populares de Maceió, destacando-se tanto por sua reduzida extensão territorial quanto por sua localização estratégica entre o bairro do Farol e a Lagoa Mundaú. Nesse contexto, estabelece limites e relações territoriais com o Mutange e com a antiga região da Cambona, atualmente incorporada ao próprio bairro do Bom Parto. Essa posição geográfica, situada entre o planalto urbano e a planície lagunar, contribuiu para que o bairro se consolidasse como um espaço de intensa circulação de pessoas, mercadorias e práticas culturais, articulando dinâmicas urbanas e atividades econômicas vinculadas ao ambiente lagunar.

Registros históricos indicam que, já em meados do século XIX, o local apresentava ocupação humana consolidada. Segundo pesquisa do jornalista João Victor Lemos, por volta de 1845 existia na região uma construção simples dedicada à devoção a Nossa Senhora do Bom Parto, evidenciando a presença precoce de práticas religiosas e de sociabilidade comunitária que contribuíram para a consolidação do território. Esse núcleo inicial desempenhou papel importante na formação identitária do bairro, cuja denominação passou a estar associada à devoção religiosa que estruturava parte das relações sociais locais.

Entretanto, foi sobretudo a partir do final do século XIX e início do século XX que o bairro passou a experimentar transformações mais profundas em sua configuração socioespacial. A implantação da linha férrea da Cambona e, posteriormente, a instalação da Fábrica Alexandria, um dos mais importantes empreendimentos têxteis da capital naquele período, impulsionaram a constituição do Bom Parto como um expressivo núcleo operário. A presença da indústria atraiu contingentes significativos de trabalhadores, favorecendo a expansão do tecido urbano e a formação de um bairro marcado por habitações populares, relações de vizinhança intensas e forte organização comunitária.

Nesse contexto, destaca-se a significativa participação feminina nas atividades econômicas locais. Muitas mulheres passaram a integrar o mercado de trabalho fabril, enquanto outras mantiveram vínculos com atividades tradicionais associadas à economia lagunar, como a mariscagem, o beneficiamento do pescado e a produção artesanal. Essa atuação desempenhou papel fundamental na sustentação econômica das famílias e na organização social do bairro, conferindo ao Bom Parto uma identidade marcada pela centralidade do trabalho feminino nas dinâmicas cotidianas e comunitárias (Melo, 2012).

A formação histórica do bairro revela, portanto, um processo fortemente associado às dinâmicas do trabalho urbano e às economias populares, em contraste com outras áreas da cidade que, no mesmo período, passaram a ser ocupadas por setores das elites locais. Enquanto bairros como Bebedouro atraíam grupos que buscavam reproduzir estilos de vida associados a ideais de distinção social e residencial, o Bom Parto consolidava-se como um território de trabalhadores, onde se estruturavam redes de solidariedade, práticas culturais e formas de organização coletiva que contribuíram para a construção de uma identidade social e cultural própria no contexto urbano de Maceió.

Já o bairro do Mutange localizava-se na porção lagunar de Maceió, em área contígua ao bairro de Bebedouro, estendendo-se ao longo das margens da Lagoa Mundaú em direção ao Bom Parto. O território situava-se abaixo das encostas do bairro do Pinheiro, na direção oeste/sudoeste, sendo delimitado, entre outros marcos, pela própria lagoa, pela Avenida Major Cícero de Góes Monteiro e pelas áreas de encosta que fazem transição com Bebedouro. Embora não tenha sido possível aprofundar os estudos sobre a origem do bairro nem identificar a etimologia precisa do termo "Mutange", relatos orais indicam que a denominação estaria associada ao nome de uma antiga propriedade existente na área, cujo topônimo acabou sendo estendido para designar todo o território no entorno.

Historicamente, o bairro consolidou-se como uma área de expansão urbana de caráter popular, marcada pela ocupação predominante de populações migrantes provenientes do interior de Alagoas, sobretudo em períodos de crise agrária e de intensificação das desigualdades socioeconômicas. A instalação dessas famílias em áreas de mangue e terrenos alagadiços, desprovidos de infraestrutura e serviços públicos, evidencia a lógica histórica de exclusão que orientou o processo de urbanização maceioense. A ocupação ocorreu de forma espontânea e informal, à margem do planejamento estatal e das políticas públicas de habitação e saneamento. Ainda assim, a Estrada do Mutange (antiga Avenida Major Cícero de Goes Monteiro), já relevante em meados do século XIX por conectar o centro de Maceió a Fernão Velho — importante ponto de abastecimento de água —, desempenhou papel estruturador na integração territorial da área, que foi oficializada como subúrbio da capital em 1895.

Apesar das condições de precariedade urbana, o Mutange constituiu-se como espaço de intensa sociabilidade e produção cultural. Desde sua configuração como subúrbio proletário, o bairro desenvolveu espaços de convivência que fortaleceram laços comunitários e viabilizaram a existência de práticas culturais associadas à cultura negra e eventos esportivos, reafirmando a dimensão simbólica do território na experiência urbana de Maceió.

Desse modo, a formação histórica dos bairros situados na planície lagunar revela a centralidade dessas áreas na consolidação econômica, social e cultural da cidade. Longe de serem meras zonas periféricas, Bebedouro, Bom Parto e Mutange constituíram espaços fundamentais na articulação entre porto, lagoa e interior, expressando, ao mesmo tempo, as potencialidades e as desigualdades que marcaram a trajetória urbana maceioense. Em

contraste com essa dinâmica da planície lagunar, a expansão urbana em direção ao planalto inaugura uma nova etapa na conformação territorial de Maceió, marcada por outros critérios de ocupação e valorização do espaço.

A expansão urbana no planalto e a consolidação dos bairros de altitude

A expansão urbana de Maceió em direção ao planalto — historicamente denominado Alto da Jacutinga[9] — representou uma nova etapa no processo de conformação territorial da capital alagoana. Diferentemente da ocupação inicial concentrada na planície litorânea e lagunar, a urbanização do planalto esteve associada à busca por áreas consideradas mais salubres, elevadas e dotadas de melhores condições ambientais, em contraste com as zonas alagadiças da parte baixa da cidade.

O bairro do Farol destacou-se como um dos núcleos pioneiros da expansão urbana de Maceió a partir da instalação do farol marítimo, em 1856, equipamento que, além de dar nome à localidade, conferiu visibilidade e identidade à área. Situado entre 40 e 50 metros acima do nível do mar, no chamado Planalto da Jacutinga, o bairro passou a atrair camadas sociais mais abastadas, interessadas em residir em uma região geograficamente privilegiada, distante das áreas sujeitas a inundações e às condições de insalubridade que marcavam as zonas mais baixas da cidade. Ao longo do século XX, o processo de ocupação intensificou-se, especialmente com a pavimentação da Avenida Fernandes Lima[10] (antiga Estrada do Jacutinga), na década de 1940, consolidando o Farol como eixo estruturante da expansão urbana e da valorização imobiliária.

Com a popularização do automóvel e a melhoria das vias de circulação no início do século XX, o bairro tornou-se alternativa residencial para famílias oriundas de áreas tradicionais, como Bebedouro. O Farol passou a ser reconhecido como bairro familiar e de prestígio social, conforme já apontava Adalberto Marroquim (1922). Além de sua função residencial, o bairro desenvolveu intensa atividade comercial e cultural, abrigando espaços de sociabilidade frequentados pela elite e importantes instituições educacionais,

[9] O topônimo tem origem na ave jacutinga, que ocorria em grande número na região, então recoberta por densa mata no planalto ao longo do século XIX.

[10] José Fernandes de Barros Lima (1868–1938), natural de Passo de Camaragibe, foi advogado, jornalista, escritor e político alagoano, tendo governado Alagoas entre 1918 e 1924 e exercido mandato de senador. Sua trajetória é marcada tanto por iniciativas de modernização infraestrutural quanto pela associação ao episódio conhecido como Quebra de Xangô (1912), violenta repressão a terreiros de matriz africana em Maceió, articulada pela Liga dos Republicanos Combatentes.

como colégios confessionais e o complexo de escolas públicas conhecido como Cepa — Centro Educacional de Pesquisa Aplicada. Inaugurado em 1958, o conjunto era considerado, à época, um dos maiores da América Latina (Lins, Leite e Nobre, 2017). A presença desses equipamentos reforçou a centralidade cultural e educacional do bairro no contexto urbano maceioense.

A consolidação do Farol impulsionou a expansão horizontal da cidade sobre o platô, favorecendo o surgimento e fortalecimento de bairros adjacentes, entre eles Pinheiro. Inicialmente concebido como uma extensão do bairro do Farol, o Pinheiro passou a se afirmar como uma unidade urbana autônoma a partir da década de 1940, acompanhando o avanço da urbanização planejada em direção às áreas mais elevadas da cidade. Duas hipóteses explicam a origem do nome do bairro Pinheiro. A primeira, registrada por Félix Lima Júnior em *Recordações da velha Maceió* (1966), atribui a denominação ao proprietário Manoel de Araújo Pinheiro, cuja vacaria localizada na região teria dado nome ao lugar em sua homenagem. A segunda, baseada em relatos orais, associa o topônimo à presença de um grande pinheiro — possivelmente um exemplar de *pinus* ou árvore semelhante — que servia como referência paisagística para os primeiros moradores em uma área ainda pouco ocupada nas bordas do planalto, próxima à Lagoa Mundaú. Ao longo do processo de expansão urbana, o bairro consolidou-se como área valorizada do planalto, atraindo predominantemente populações de classe média e média alta em razão da infraestrutura urbana mais estruturada e das condições ambientais consideradas mais favoráveis.

Situado em posição estratégica e articulado por importantes eixos viários, como a Avenida Fernandes Lima, o bairro do Pinheiro consolidou-se como uma área valorizada, dotada de diversos equipamentos que reforçaram sua centralidade urbana. Entre eles, destacam-se a instalação do 20º Batalhão de Caçadores do Exército, em 1944, que contribuiu para dinamizar a ocupação e fortalecer a presença institucional na região; o Hospital Sanatório, inaugurado em 1945 na então Rua Belo Horizonte — uma das principais vias do bairro —, referência na área de saúde; e uma pista de pouso e decolagem de pequenos aviões, em funcionamento até a década de 1960, localizada nas imediações da atual Praça Arnon de Melo, evidenciando a inserção do bairro nos processos de modernização e na história da aviação em Alagoas (Cavalcante, 2020).

A formação histórica dos bairros do planalto evidencia, portanto, uma inflexão no padrão de urbanização de Maceió, marcada pela transição de uma cidade inicialmente estruturada em torno do porto e da planície lagunar para uma capital que passa a se expandir, de forma horizontal e vertical, sobre áreas elevadas. Esse movimento expressa não apenas transformações espaciais, mas também profundas reconfigurações socioeconômicas, materializadas na valorização diferenciada do solo urbano e na redefinição das centralidades ao longo do século XX. Nesse sentido, tais mudanças contribuíram para a consolidação de desigualdades socioespaciais que permanecem como traço estruturante da configuração urbana maceioense.

Formação urbana de Maceió, desigualdade socioespacial e processos contemporâneos de desterritorialização

A formação urbana de Maceió expressa um processo historicamente marcado pela heterogeneidade territorial e pela produção de desigualdades socioespaciais. Distante de uma trajetória linear ou homogênea, a expansão da cidade resultou da interação entre diferentes dinâmicas econômicas, sociais e políticas que, ao longo do tempo, organizaram o espaço urbano de forma desigual. Nesse processo, a constituição dos bairros refletiu não apenas a expansão física da cidade, mas também a materialização de relações de poder, estratégias de sobrevivência das populações migrantes e lacunas estruturais nas políticas de planejamento e ordenamento urbano.

A consolidação de Maceió como centro político e econômico de Alagoas intensificou os fluxos migratórios provenientes, sobretudo, das regiões do agreste e do sertão. A transferência da capital para a cidade, no século XIX, aliada ao desenvolvimento das atividades portuárias, contribuiu para deslocar dinâmicas econômicas e populacionais em direção ao litoral, atraindo trabalhadores e famílias em busca de oportunidades associadas ao comércio, aos serviços e às atividades produtivas vinculadas ao porto e ao processo de urbanização emergente. Esses fluxos desempenharam papel fundamental na configuração do tecido urbano, especialmente na ocupação de áreas próximas ao núcleo central, inicialmente nas planícies litorâneas e lagunares e nas zonas diretamente relacionadas às atividades econômicas.

Entre os eventos que contribuíram para intensificar esses deslocamentos populacionais, destaca-se a grande seca de 1877, que atingiu amplas regiões do Nordeste e provocou um

expressivo movimento de retirantes em direção às capitais regionais, como Recife, Fortaleza, Salvador e Maceió. Em Alagoas, registros da Comissão de Socorros Públicos indicam a presença de cerca de 48 mil retirantes distribuídos entre cidades do interior e a capital, sendo mais de quatro mil acolhidos em Maceió, especialmente em áreas populares situadas nas proximidades do centro urbano e do porto de Jaraguá (Correia, 2018). A concentração desses contingentes populacionais em espaços urbanos já pressionados evidenciou, desde então, um padrão de urbanização associado à precariedade habitacional e à ocupação desigual do território.

Nas primeiras décadas do século XX, a expansão urbana da cidade foi impulsionada pela diversificação de atividades econômicas, incluindo a instalação de indústrias têxteis, fábricas de vidro, o fortalecimento do comércio urbano e o desenvolvimento de atividades ligadas aos cultivos de coco e à construção civil. Essas atividades contribuíram para a consolidação de bairros como Bebedouro, Bom Parto e Mutange, que passaram a concentrar trabalhadores vinculados às novas dinâmicas produtivas e comerciais da cidade. A formação desses bairros evidencia como os processos de urbanização foram profundamente articulados às transformações econômicas regionais, configurando territórios de moradia e sociabilidade das classes trabalhadoras.

A partir da década de 1970, novas transformações estruturais intensificaram a pressão sobre o espaço urbano de Maceió. O processo de reestruturação produtiva nos canaviais alagoanos provocou deslocamentos significativos da população rural em direção à capital e à sua região metropolitana. Inicialmente, a expansão da monocultura da cana-de-açúcar ocorreu por meio da expulsão de pequenos produtores rurais, frequentemente associada à concentração fundiária e à ampliação do latifúndio canavieiro.

Em um segundo momento, o enfraquecimento do sistema de moradia nos engenhos — mecanismo historicamente associado às relações de dependência e controle do trabalho nos complexos açucareiros — intensificou os processos de mobilidade populacional. Esse processo contribuiu para a formação de contingentes de trabalhadores submetidos a condições de precarização laboral e a deslocamentos sazonais para atividades agrícolas, evidenciando a permanência de dinâmicas estruturais de desigualdade social e territorial.

Nesse contexto, a constituição e expansão de bairros como Bebedouro, Bom Parto, Pinheiro, Mutange e Jacintinho estão diretamente relacionadas aos diferentes ciclos

migratórios que marcaram a história regional. Motivações climáticas, transformações econômicas, processos de urbanização e a expansão do latifúndio canavieiro constituíram fatores estruturantes desses deslocamentos populacionais. A ocupação desses territórios não pode ser compreendida apenas como resultado do crescimento urbano, mas como expressão das formas historicamente desiguais de acesso à terra, à moradia e à infraestrutura urbana.

Essa trajetória histórica torna-se particularmente relevante para compreender os impactos contemporâneos do desastre socioambiental associado à mineração de sal-gema realizada pela Braskem em Maceió. O processo de subsidência do solo que atingiu bairros como Bebedouro, Bom Parto, Farol, Mutange e Pinheiro provocou um amplo processo de deslocamento forçado de moradores, afetando profundamente territórios que, ao longo de mais de um século, haviam se constituído como espaços de moradia, trabalho e reprodução da vida social de diferentes grupos populares.

A desterritorialização recente dessas populações não constitui apenas um evento isolado ou circunstancial, mas revela a persistência de padrões históricos de vulnerabilização social e territorial. Bairros formados por sucessivos fluxos migratórios, por processos de ocupação popular e por trajetórias de construção coletiva do espaço urbano voltam a se tornar territórios submetidos a rupturas abruptas, atingindo de forma mais intensa as populações socioeconomicamente mais vulneráveis. Nesse contexto, o desastre atual reativa e aprofunda desigualdades historicamente produzidas, ao interromper redes de sociabilidade, economias locais, referências culturais e vínculos territoriais construídos ao longo de gerações.

Compreender esses processos históricos de Maceió, portanto, permite evidenciar que o atual processo de deslocamento compulsório não ocorre em um vazio histórico, mas incide sobre territórios cuja constituição foi marcada por dinâmicas de exclusão, resistência e construção comunitária. A análise dessas continuidades revela que os impactos do desastre extrapolam a dimensão física ou urbanística, alcançando também dimensões sociais, culturais e simbólicas profundamente enraizadas na história da cidade. Nesse sentido, discutir a produção histórica das desigualdades socioespaciais em Maceió torna-se fundamental para compreender os efeitos contemporâneos da desterritorialização e para orientar processos de reparação que considerem não apenas a perda material da

moradia, mas também os vínculos sociais, culturais e territoriais que estruturam a vida urbana.

Patrimônio cultural material, memória urbana preservada dos bairros Atingidos

A constituição do patrimônio cultural material em Maceió encontra-se profundamente vinculada aos processos históricos de formação, expansão e transformação urbana da capital alagoana. Nesse percurso, determinados bairros passaram a concentrar edificações e conjuntos urbanos representativos de diferentes momentos do desenvolvimento econômico, social e cultural da cidade, configurando-se como marcos relevantes da memória urbana e da construção de identidades territoriais.

Entre esses territórios, destacam-se Bebedouro, Mutange e Bom Parto — áreas que desempenharam papel significativo na formação histórica de Maceió e que, posteriormente, foram diretamente atingidas pelo desastre tecnológico decorrente da exploração de sal-gema. Nesse contexto, os marcos edificados presentes nesses bairros assumem centralidade analítica, na medida em que constituem alguns dos poucos testemunhos materiais remanescentes das dinâmicas sociais, econômicas e culturais que estruturaram a vida local ao longo do tempo, conferindo-lhes relevância no âmbito do patrimônio cultural material da cidade.

No campo do planejamento urbano municipal, conforme estabelecido pelo Plano Diretor de Maceió, a proteção desses bens se dá por meio de instrumentos distintos, que refletem tanto as características históricas dos territórios quanto os critérios adotados pelas políticas patrimoniais. No caso de Bebedouro, o bairro foi reconhecido como Zona Especial de Preservação Cultural (ZEP), em razão de sua importância no processo de formação urbana da capital e da presença de um conjunto expressivo e relativamente contínuo de edificações e espaços públicos de valor histórico, arquitetônico e paisagístico. Essa classificação implica a adoção de diretrizes urbanísticas mais abrangentes, voltadas à salvaguarda da ambiência histórica e à preservação do conjunto urbano como um todo.

Em contraste, nos bairros do Mutange e do Bom Parto, os bens de interesse patrimonial encontram-se distribuídos de forma mais dispersa no tecido urbano, o que resulta na aplicação de um instrumento de proteção distinto: a classificação de edificações específicas como Unidades Especiais de Preservação Cultural (UEPs). Nesses casos, a política de preservação incide de maneira pontual, concentrando-se na proteção

individualizada de imóveis considerados relevantes, sem necessariamente abarcar o conjunto urbano em que se inserem.

Essa distinção entre ZEP e UEP implica diferenças substantivas na forma de reconhecimento e preservação do patrimônio material. Enquanto a ZEP promove uma abordagem territorial integrada, voltada à manutenção das relações entre arquitetura, paisagem e usos históricos do espaço, as UEPs operam por meio de recortes específicos, assegurando a proteção de marcos edificados isolados. Como resultado, nos bairros do Mutange e do Bom Parto, a preservação do patrimônio cultural material ocorre de forma mais fragmentada, ainda que esses bens desempenhem papel fundamental na documentação dos processos históricos locais e na constituição da memória urbana de Maceió.

Até a ocorrência do desastre tecnológico, a paisagem urbana do bairro de Bebedouro preservava casarões de matriz colonial e edificações de inspiração eclética, compondo uma ambiência arquitetônica singular, especialmente nas áreas próximas à Lagoa Mundaú. A articulação entre arquitetura, paisagem natural e usos urbanos históricos conferia forte identidade ao território, evidenciando a materialização dos processos históricos de ocupação e consolidação do bairro no espaço urbano.

Historicamente, Bebedouro constituiu-se como um território marcado por sucessivas camadas de ocupação social. Inicialmente habitado por comunidades de pescadores vinculadas às dinâmicas produtivas da lagoa, o bairro passou, ao longo do tempo, a atrair diferentes grupos sociais. A partir do final do século XIX e início do século XX, consolidou-se também como espaço de residência e sociabilidade de setores da elite maceioense, que buscavam reproduzir, no contexto urbano, formas de vida associadas ao universo rural do interior. Os casarões, dotados de amplos jardins, alpendres e quintais, funcionavam como cenários de encontros sociais e manifestações culturais populares, como cheganças, pastoris e baianadas. Conforme observa Lindoso (2005), tal dinâmica revela um processo específico de urbanização no qual a burguesia local incorporava elementos da cultura popular como forma de afirmação simbólica de pertencimento regional, mantendo, contudo, estruturas sociais hierarquizadas.

Posteriormente, o bairro voltou a receber contingentes de migrantes provenientes de diferentes regiões do interior alagoano, processo que contribuiu para diversificar sua

composição social e intensificar as dinâmicas urbanas e culturais que passaram a caracterizar sua trajetória histórica.

No interior da ZEP de Bebedouro, destacam-se marcos edificados e espaços urbanos de grande relevância para a memória local, entre os quais a Praça Coronel Lucena Maranhão[11] (antigo Largo de Santo Antônio), tradicional espaço de convivência e sociabilidade comunitária, e a Igreja de Santo Antônio de Pádua, construída no final do século XIX e reconhecida por sua singular fachada revestida com azulejos portugueses. Após o desastre tecnológico e a consequente interdição da área pela Defesa Civil, o templo passou a apresentar restrições de uso em razão dos riscos estruturais associados à instabilidade do solo. Ainda assim, a devoção ao santo padroeiro persiste, sendo mantida por meio da celebração de Santo Antônio, em 13 de junho, realizada no adro da igreja, evidenciando a continuidade dos vínculos comunitários e religiosos.

Integra também esse conjunto o Solar Nunes Leite, atualmente interditado em razão dos riscos estruturais associados ao processo de subsidência do solo. Antiga residência do comendador Jacintho Nunes Leite[12], o casarão, de feição colonial, constitui importante testemunho material do contexto socioeconômico do século XIX, evidenciando a presença de famílias influentes na estruturação do espaço urbano local.

Outro marco de grande relevância é a Estação de Bebedouro, atualmente inativa e também submetida a restrições de uso em decorrência das condições de instabilidade do solo. Inaugurada em 1884, a estação integrou o sistema ferroviário que conectava Maceió ao interior da então província de Alagoas, desempenhando papel fundamental na dinamização das atividades econômicas e na intensificação da circulação de pessoas e

[11] José Lucena de Albuquerque Maranhão (1890–1955), natural de Quebrangulo (AL), foi militar e político alagoano, destacando-se como comandante de volante policial no combate ao cangaço, tendo participado, em 1928, da ação que resultou na desarticulação do bando e na morte de Lampião, em Angicos (SE). Posteriormente, atuou na vida pública como prefeito de Santana do Ipanema, deputado estadual e primeiro prefeito eleito de Maceió (1953–1955), tendo seu nome associado a importantes referências urbanas da cidade.

[12] Jacintho José Nunes Leite (1840–1914), comendador português natural de Oliveira de Azeméis (Portugal), foi um destacado empresário, industrial e comerciante radicado em Maceió. Atuou no comércio de secos e molhados e fundou, em 1867, a firma Jacintho Leite & Cia, considerada a primeira loja de ferragens da região. Em 1883, criou a Fundição Alagoana, contribuindo para o processo de industrialização local. Teve papel relevante na modernização urbana da cidade, participando da criação da Associação Comercial e da implantação da Companhia de Bondes de Maceió. É também reconhecido como um dos principais incentivadores do desenvolvimento do bairro de Bebedouro, onde construiu o Solar Nunes Leite e promoveu intervenções de valorização arquitetônica e paisagística, sendo uma figura central na dinâmica econômica alagoana do final do século XIX.

mercadorias. Sua implantação contribuiu para consolidar Bebedouro como um importante eixo de articulação territorial, favorecendo sua inserção nas redes comerciais e sociais da capital. Ao mesmo tempo, a presença da infraestrutura ferroviária impulsionou a valorização do bairro e estimulou a fixação de segmentos da elite alagoana na região entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, ainda que, atualmente, sua função original esteja interrompida.

Completa esse conjunto o Complexo Arquitetônico da Sociedade Nossa Senhora do Bom Conselho (Palácio, Escola e Capela), igualmente interditado em função dos riscos estruturais associados à subsidência do solo. Inserido no perímetro protegido da Zona Especial de Preservação Cultural (ZEP) de Bebedouro e também reconhecido no âmbito do patrimônio estadual — por meio do tombamento estabelecido pelo Decreto nº 38.081/1999 —, o complexo tem sua origem vinculada à criação do Asilo de Órfãs Nossa Senhora do Bom Conselho, em 1877. O conjunto representa não apenas um marco arquitetônico relevante para a paisagem histórica de Maceió, mas também um testemunho das práticas assistenciais e filantrópicas que marcaram a organização social da capital alagoana no final do século XIX. No contexto atual, entretanto, sua fruição e uso encontram-se limitados, evidenciando como os impactos do desastre atingem diretamente a preservação e a vivência desses bens culturais.

Nos bairros do Mutange e do Bom Parto, diferentemente do que se observa em Bebedouro — onde há a delimitação de uma Zona Especial de Preservação Cultural (ZEP), caracterizada pela proteção de um conjunto urbano contínuo e territorialmente definido —, os bens de interesse patrimonial encontram-se de forma mais dispersa no tecido urbano. Nesses casos, a política de preservação incide de maneira pontual, por meio da classificação de edificações específicas como Unidades Especiais de Preservação Cultural (UEPs).

Nesse contexto, a compreensão da natureza pontual e fragmentada da proteção por meio das UEPs permite situar analiticamente o papel desses bens no registro das múltiplas camadas históricas que conformam tais territórios. Esses bens registram diferentes dimensões da história urbana dessas localidades e evidenciam processos distintos de ocupação e transformação do território. Parte dessas construções corresponde a antigas residências vinculadas às dinâmicas de ocupação do início do século XX, muitas das quais passaram, ao longo do tempo, por processos de adaptação e ressignificação, sendo

posteriormente convertidas em equipamentos institucionais, administrativos ou associativos. Esses deslocamentos de função evidenciam a capacidade dessas edificações de acompanhar as transformações sociais e urbanas da cidade, mantendo-se integradas ao cotidiano coletivo e preservando, ainda que de forma fragmentada, referências materiais da história desses territórios.

No bairro do Mutange destacam-se algumas edificações representativas do período em que a região se consolidou como espaço de residência de setores economicamente privilegiados da sociedade maceioense no início do século XX. Entre elas encontra-se o palacete Vila Lilota, construído em 1914 por Francisco de Amorim Leão. De estilo eclético e dotado de murais internos em Art Nouveau, o casarão tornou-se uma das principais referências arquitetônicas da localidade. Situado na antiga Avenida Major Cícero de Góes Monteiro, em uma área que no passado concentrava mansões e era conhecida como o ponto das "Mangueiras", o imóvel expressa o momento em que o bairro se afirmava como espaço de moradia de segmentos abastados da capital. Em 1962, a edificação foi adquirida pelo médico José Lopes de Mendonça e adaptada para funcionar como hospital psiquiátrico, passando a ser também conhecida como Casarão José Lopes. No contexto atual, entretanto, o imóvel encontra-se interditado, com restrições de uso impostas em razão dos riscos estruturais associados à instabilidade do solo.

Ainda no Mutange, também situada na antiga Avenida Major Cícero de Góes Monteiro, destaca-se a Vila Amália, um palacete de arquitetura eclética, provavelmente erguido durante o período da Primeira República (1889–1930), que foi originalmente residência da família de Amália Mendonça Barboza. Posteriormente adquirido pelo governo estadual, o imóvel foi doado, em 1966, à Associação dos Professores Primários de Alagoas (APPA) e, a partir de 1988, passou a sediar o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas (SINTEAL). O edifício também abrigou o Centro Cultural Jarede Viana, ampliando sua função social e reforçando seu papel como espaço de mobilização política, cultural e educacional. Atualmente, assim como outros imóveis da região, encontra-se interditado, com seu uso comprometido em decorrência das condições de instabilidade do solo.

Outro marco relevante do bairro, situado na antiga Avenida Major Cícero de Góes Monteiro, é o casarão pertencente a José de Hollanda Cavalcanti, construção de feição neoclássica ou eclética igualmente erguida durante a Primeira República. Desapropriado

pelo governo estadual em 1973, o edifício passou a sediar o Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA), incorporando novas funções institucionais e ampliando sua inserção no cotidiano administrativo e público da cidade. No cenário atual, entretanto, o imóvel encontra-se igualmente interditado, submetido a restrições de uso em função dos riscos estruturais associados ao processo de subsidência do solo.

Essas diferentes trajetórias de uso revelam que os marcos edificados do Mutange não constituem apenas vestígios estáticos do passado, mas elementos que acompanharam as sucessivas transformações da vida urbana, sendo continuamente adaptados a novas funções e demandas coletivas. Contudo, no contexto pós-desastre, a permanência dessas construções no tecido urbano passa a ser tensionada pelas limitações impostas à sua utilização, evidenciando como os riscos geotécnicos comprometem não apenas sua integridade física, mas também a possibilidade de continuidade de seus usos sociais, culturais e institucionais.

No bairro do Bom Parto identificam-se outros marcos edificados de significativa relevância histórica, associados sobretudo às dinâmicas sociais e econômicas que marcaram a formação desse território. Entre eles destaca-se a Igreja de Nossa Senhora do Bom Parto, classificada como UEP, localizada na Rua General Hermes. O templo consolidou-se ao longo do tempo como importante referência de religiosidade popular e de organização comunitária, exercendo papel central na vida social do bairro e contribuindo para a construção de sua identidade territorial. No entanto, após o desastre tecnológico, a edificação passou a apresentar restrições de uso decorrentes da instabilidade do solo, encontrando-se interditada pela Defesa Civil. Ainda assim, a devoção persiste de forma adaptada, sendo mantida por meio da celebração de Nossa Senhora do Bom Parto, em 25 de dezembro, realizada em área externa ao templo, evidenciando a continuidade dos vínculos simbólicos e religiosos mesmo diante da impossibilidade de uso pleno da edificação.

Nos bairros do Farol e do Pinheiro, por sua vez, identificam-se marcos edificados que passaram a receber reconhecimento institucional sobretudo após a eclosão do desastre tecnológico, evidenciando seu papel como referências simbólicas em um contexto marcado por rupturas territoriais e deslocamento populacional. Diferentemente dos casos anteriormente mencionados, tais bens não se encontram classificados como Unidades Especiais de Preservação Cultural (UEPs) no âmbito do planejamento urbano municipal,

tendo sido reconhecidos por meio de outros instrumentos legais de proteção patrimonial. No entanto, apesar desse reconhecimento, esses imóveis também se encontram submetidos a restrições de uso em decorrência dos riscos estruturais associados à instabilidade do solo, o que limita sua fruição e compromete a continuidade de suas funções originais.

Nesse contexto, no bairro do Farol destaca-se a Igreja Batista do Pinheiro, reconhecida como patrimônio material e imaterial do Estado de Alagoas por meio da Lei nº 8.515, de 6 de outubro de 2021, em razão de sua trajetória comunitária e de sua relevância religiosa, social e cultural para a população local. O reconhecimento institucional da igreja evidencia a importância de espaços que, para além de seus atributos arquitetônicos, desempenham papel central na organização comunitária e na produção de vínculos sociais e identitários. Contudo, no cenário atual, a edificação encontra-se interditada, com restrições de uso impostas em função das condições de instabilidade do solo.

De modo semelhante, no bairro do Pinheiro, a Casa nº 861, projetada pelo engenheiro civil Marcial Guimarães Coêlho, foi tombada como patrimônio material do Estado por meio da Lei nº 9.562, de 5 de junho de 2025. A edificação, situada na Rua Professor José da Silveira Camerino (antiga Rua Belo Horizonte), destaca-se por sua filiação à chamada Escola Moderna Pernambucana, corrente arquitetônica que buscou articular princípios do modernismo a soluções construtivas adaptadas às condições climáticas e culturais do Nordeste. Assim como ocorre com outros bens situados na área afetada, o imóvel encontra-se atualmente interditado, com restrições de uso impostas em decorrência dos riscos estruturais associados ao processo de subsidência do solo.

Em ambos os casos, a institucionalização desses reconhecimentos revela uma dimensão particular das políticas patrimoniais em contextos de crise urbana. A identificação e proteção desses imóveis não se restringem ao reconhecimento de seus valores arquitetônicos e/ou históricos, mas respondem também à necessidade de preservar referências materiais capazes de ancorar a memória coletiva diante das profundas transformações que atingiram amplas áreas da cidade. Ao mesmo tempo, as restrições de uso impostas a esses bens evidenciam as tensões entre preservação e risco, na medida em que, embora reconhecidos formalmente, tais marcos encontram-se com sua fruição limitada, o que impacta diretamente sua função social e simbólica nos territórios afetados.

No desdobramento histórico das respostas institucionais ao desastre tecnológico, a Prefeitura de Maceió instituiu e encaminhou à Braskem S.A. uma Lista de Imóveis de Valor Histórico, reunindo 37 edificações reconhecidas por sua relevância na conformação da memória urbana e do patrimônio cultural local. Esse conjunto inclui, além dos marcos edificados já mencionados anteriormente, outros imóveis igualmente incorporados à lista, ampliando o escopo de bens considerados prioritários para preservação. As edificações estão situadas nos bairros do Mutange e do Bom Parto, com maior concentração em Bebedouro, território historicamente marcado pela presença de referências arquitetônicas associadas aos diferentes ciclos de ocupação e desenvolvimento da cidade.

A seleção desses bens como prioritários para ações de escoramento estrutural e manutenção preventiva insere-se, assim, em uma trajetória mais ampla de reconhecimento — ainda que tardio — do valor histórico dessas edificações, diante dos riscos impostos pela instabilidade do solo. Nesse sentido, a elaboração da lista não apenas expressa uma medida emergencial de proteção, mas também evidencia, em perspectiva histórica, ainda que de forma tardia, o reconhecimento da necessidade de preservação de referências materiais que documentam a formação social, econômica e cultural dos territórios atingidos, reafirmando seu papel como suportes fundamentais da memória coletiva.

A análise dos bens oficialmente reconhecidos como patrimônio cultural material, contudo, não abrange a totalidade das referências edificadas que estruturam a memória social dos territórios atingidos. No âmbito do Inventário Participativo do Patrimônio Cultural Imaterial de Maceió (IPCI Maceió), foram identificados diversos marcos físicos e edificações que, embora não contem com reconhecimento formal por parte do poder público, são amplamente valorizados pelas comunidades locais como referências significativas de sua história e de seu cotidiano. Estes espaços integram, de maneira orgânica, as práticas culturais, religiosas e associativas que, ao longo do tempo, contribuíram para a constituição de identidades coletivas e para a transmissão de saberes e tradições.

As escutas comunitárias, os relatos de moradores e os registros produzidos durante o inventário evidenciam que muitos desses lugares desempenham papel central na organização da vida social e cultural, funcionando como espaços de encontro, celebração e realização de manifestações tradicionais e populares. Sedes de associações, antigos

terreiros, salões comunitários, escolas públicas utilizadas para ensaios de grupos culturais, bares tradicionais, casas de mestres e lideranças culturais, feiras livres, entre outros, compõem uma rede territorial que sustentava a continuidade de práticas como o coco de roda, a quadrilha junina, o guerreiro, o pastoril, as festas religiosas, os eventos juninos realizados em palhoções, as rodas de samba, a capoeira, o forró, o reggae, bem como práticas religiosas de matrizes afro-indígenas, além de diversas formas de sociabilidade comunitária.

Nesse sentido, a identificação desses marcos edificados evidencia uma dimensão central das disputas de reconhecimento que atravessam as políticas patrimoniais. Observa-se que a incorporação de determinados bens aos instrumentos institucionais de proteção tende a privilegiar critérios associados à monumentalidade e à excepcionalidade, em detrimento de outras referências igualmente significativas. Como resultado, diversos espaços permanecem à margem das políticas formais de preservação, apesar de seu profundo enraizamento na memória coletiva e na experiência vivida das comunidades, o que revela limites na abrangência e nos parâmetros adotados pelas políticas locais de reconhecimento. A documentação desses lugares pelo IPCI Maceió busca, portanto, ampliar o campo de visibilidade dessas referências, reconhecendo seu papel na formação histórica dos bairros e na sustentação de práticas culturais que continuam a produzir sentidos de pertencimento, identidade e continuidade cultural, mesmo em um contexto marcado por deslocamentos forçados e profundas descaracterizações territoriais.

Marcos edificados não institucionalizados e memória social nos territórios atingidos

A análise dos limites dos processos formais de reconhecimento patrimonial evidencia a necessidade de ampliar o olhar para outras referências edificadas que, embora não incorporadas aos instrumentos institucionais de preservação, desempenhavam papel fundamental na estruturação da memória social e das dinâmicas culturais dos territórios atingidos. Nesse contexto, este tópico volta-se à compreensão dos chamados marcos edificados não institucionalizados, identificados no âmbito do Inventário Participativo do Patrimônio Cultural Imaterial de Maceió (IPCI Maceió), considerando sua relevância para a memória coletiva, para a continuidade das práticas culturais e para a organização da vida comunitária, especialmente diante da desocupação compulsória e dos processos de dispersão territorial. Ao deslocar o enfoque dos critérios tradicionais de monumentalidade e excepcionalidade para a valorização da experiência vivida e das

práticas cotidianas, busca-se evidenciar como esses espaços funcionam como suportes essenciais da memória e da construção de pertencimento.

Nesse horizonte analítico, os marcos edificados identificados pelo inventário tornam visíveis as lacunas e assimetrias que atravessam as políticas patrimoniais. Sua presença revela que o reconhecimento institucional não abarca, de forma plena, a diversidade de referências significativas para as comunidades, deixando à margem espaços profundamente enraizados na experiência social. Ao documentar esses lugares, o IPCI Maceió contribui para ampliar o campo de visibilidade dessas referências, reconhecendo seu papel na formação histórica dos bairros e na sustentação de práticas culturais que continuam a produzir sentidos de identidade, pertencimento e continuidade, mesmo em um contexto marcado por deslocamentos forçados e profundas transformações socioterritoriais.

Em consonância com essa perspectiva, o inventário evidenciou um conjunto de marcos edificados que, embora não reconhecidos formalmente, ocupavam posição central na memória social e na vida cultural das populações afetadas. Tais espaços configuravam-se como referências fundamentais para a compreensão da formação histórica dos bairros, na medida em que se articulavam diretamente às atividades produtivas, às formas de sociabilidade e aos modos de vida que estruturavam o cotidiano dessas comunidades ao longo de décadas. Nesse sentido, o conjunto de edificações mapeado revela como práticas como a pesca artesanal, o trabalho industrial e as dinâmicas de organização comunitária contribuíram para a configuração do território e para a consolidação de referências simbólicas compartilhadas, cuja preservação se mostra essencial para a manutenção da memória coletiva e para a continuidade dos vínculos sociais.

Entre os conjuntos mais representativos desse processo estão os marcos edificados associados às atividades tradicionais da pesca artesanal na região da Lagoa Mundaú, que testemunham a longa relação histórica entre as comunidades ribeirinhas e o ambiente lagunar. As antigas áreas de moradia dos pescadores artesanais constituem um exemplo expressivo das transformações provocadas pelo desastre tecnológico sobre os marcos edificados e os modos de vida do território. As residências que compunham a chamada vila de pescadores — historicamente ocupadas por famílias diretamente ligadas à pesca e à coleta do sururu — foram impactadas pelo processo de desocupação decorrente do risco de subsidência do solo. Localizadas em áreas posteriormente classificadas como de alto

risco, muitas dessas casas foram abandonadas ou demolidas, resultando no progressivo arruinamento do conjunto habitacional e na dispersão das famílias que viveram e trabalharam naquele território ao longo de décadas. A perda dessas moradias representa mais do que a supressão física de edificações: evidencia a ruptura de um sistema socioterritorial profundamente enraizado na articulação entre moradia, trabalho, cultura e memória ribeirinha, comprometendo, ainda que de forma parcial, práticas produtivas, formas de sociabilidade e modos de vida historicamente associados à pesca artesanal na região da lagoa.

Nesse cenário de desestruturação territorial, destaca-se como um dos poucos remanescentes desse conjunto a sede da Colônia de Pescadores Z-4, conhecida como colônia de Bebedouro, localizada na Rua Tobias Barreto, no bairro de Bebedouro. Instalado em um imóvel que, ao longo do tempo, assumiu diferentes usos — tendo funcionado anteriormente como escola e, em determinado período, como espaço de lazer conhecido como “Discoteca do Peixe” — o edifício consolidou-se como importante ponto de referência para a comunidade pesqueira local. Vinculada à Colônia, instituição centenária, porém formalizada em 1984, a sede continua em funcionamento mesmo após a desocupação de grande parte da região, desempenhando papel relevante como espaço de encontro, organização e representação dos pescadores e marisqueiras, além de constituir um importante lugar de memória para a comunidade ribeirinha. Mais do que uma estrutura institucional, o edifício preserva referências simbólicas associadas à história da pesca artesanal e às trajetórias de vida das famílias que, por gerações, construíram seus modos de subsistência em torno da Lagoa Mundaú. Dessa forma, o local segue atuando como ponto de articulação das atividades produtivas ligadas à pesca artesanal, especialmente à coleta do sururu, configurando-se como um dos últimos marcos edificados que ainda expressam materialmente a presença histórica das comunidades pesqueiras naquele território.

Processo semelhante de perda ou transformação das referências materiais pode ser observado em outros conjuntos edificados identificados pelo inventário, como os remanescentes do complexo da Fábrica Têxtil Alexandria, particularmente a antiga Vila Operária localizada no bairro do Bom Parto, no entorno da Avenida Dr. Francisco de Menezes e das Ruas Dr. Jonas Montenegro e Saldanha Marinho. Atualmente em processo de descaracterização, os vestígios desse conjunto arquitetônico constituem um importante registro material do ciclo industrial que marcou a região ao longo do século XX. As

moradias operárias e as estruturas vinculadas à antiga fábrica testemunham as experiências cotidianas dos trabalhadores que viveram e atuaram no local, configurando-se como referências significativas das dinâmicas laborais, da formação de territórios urbanos populares e da relação entre industrialização e produção do espaço urbano em Maceió. Assim como ocorre com os espaços ligados à pesca artesanal, a perda ou transformação desses marcos compromete a preservação de importantes testemunhos materiais da história social do território, evidenciando os impactos do desastre sobre as referências culturais que estruturam a memória coletiva das comunidades atingidas.

Paralelamente a esses vestígios materiais associados às atividades produtivas e à formação urbana dos bairros atingidos, o inventário também identificou espaços culturais que permanecem em funcionamento e que desempenham papel fundamental na preservação da memória social e das referências culturais do território. Esses lugares evidenciam a importância de iniciativas comunitárias e de agentes culturais que, por meio de ações de valorização da história local, contribuem para manter vivas narrativas, práticas e identidades coletivas profundamente vinculadas a esses territórios.

Nesse contexto destaca-se o Quilombo Real, um museu-casa particular localizado na Rua Miguel Palmeira, no bairro do Farol, criado pelo professor, historiador e ativista do movimento negro Edson Moreira, reconhecido por sua atuação na valorização da cultura afro-brasileira em Alagoas. Instalado na residência ocupada por sua família desde 1980, o espaço foi constituído como um lugar de preservação da história, da arte e da memória da população negra, reunindo um acervo composto por obras, objetos, utensílios e documentos que evocam processos de resistência e reafirmação identitária, especialmente relacionados à memória do Quilombo dos Palmares. A iniciativa integra uma trajetória mais ampla de atuação cultural e política de Edson Moreira, também idealizador do monumento a Ganga Zumba na orla de Cruz das Almas.

Outro espaço relevante nesse conjunto é o Instituto Quintal Cultural, localizado na Rua Sol Nascente, no bairro do Bom Parto. Fundado em 2007 pelo educador Rogério Dyaz, o espaço consolidou-se como um importante centro de articulação cultural, formação artística e integração social, especialmente voltado para jovens e moradores das áreas populares da região. Estruturado a partir de uma iniciativa colaborativa entre moradores, artistas e apoiadores da comunidade, o Quintal Cultural atua como espaço de acolhimento e produção cultural, promovendo atividades que articulam arte, memória comunitária e

economia criativa como instrumentos de transformação social. Mesmo diante das profundas transformações territoriais provocadas pelo desastre tecnológico e pelos processos de deslocamento compulsório que afetaram os bairros vizinhos, o espaço permanece ativo e continua desempenhando papel relevante na manutenção de vínculos comunitários e na valorização das expressões culturais locais. Entre suas iniciativas destacam-se projetos voltados à preservação da memória social do território, dedicados à reparação simbólica e à valorização das trajetórias culturais da região, além da realização de eventos tradicionais e atividades culturais diversas e desfiles de blocos carnavalescos, a exemplo do Bloco do Bobo.

A permanência e atuação desses espaços evidenciam a importância da preservação de marcos edificados que, mesmo sem reconhecimento formal como patrimônio cultural, desempenham papel fundamental na manutenção da memória local e na continuidade das práticas culturais associadas ao território. No contexto das profundas transformações provocadas pelo desastre, esses lugares assumem ainda maior relevância, pois funcionam como pontos de ancoragem simbólica para indivíduos e grupos culturais deslocados, contribuindo para a reconstrução de vínculos comunitários e para a salvaguarda das referências históricas e culturais que estruturam a identidade dos bairros atingidos.

Nesse mesmo horizonte de referências territoriais significativas, destaca-se ainda o Centro Educacional de Pesquisa Aplicada (CEPA), inaugurado em 1958 e reconhecido como um dos maiores conjuntos educacionais da América Latina (Lins, Leite e Nobre, 2017). Idealizado pelo educador Ib Gatto Falcão, com apoio do então governador Arnon de Melo, o complexo foi concebido a partir do modelo de escola-parque, inspirado nos princípios de educação integral defendidos por Anísio Teixeira. Implantado originalmente em uma área ainda pouco ocupada da Avenida Fernandes Lima, no bairro do Farol, o projeto representou uma iniciativa inovadora para a época, reunindo em um mesmo espaço diferentes unidades escolares, bibliotecas, complexo desportivo, observatório astronômico e áreas destinadas à convivência e às atividades culturais e educativas.

Ao longo das décadas, o CEPA consolidou-se como uma importante referência na formação educacional de gerações de estudantes alagoanos e como um marco urbano da cidade. Para as comunidades diretamente afetadas pelo desastre tecnológico associado à mineração de sal-gema, o complexo também adquiriu relevância como espaço de

encontro, sociabilidade e realização de atividades culturais. Mesmo diante das profundas transformações demográficas e territoriais que atingiram a região, incluindo a desocupação compulsória de áreas situadas na borda do complexo educacional, o CEPA permanece em funcionamento e segue sendo reconhecido por indivíduos e grupos culturais oriundos dos bairros impactados como um lugar de significativa importância. Para muitos desses sujeitos, o espaço mantém seu valor simbólico e social, seja por sua contribuição histórica para a continuidade de expressões culturais associadas a esses territórios, seja por funcionar como um ponto de referência para a manutenção de vínculos comunitários e memórias compartilhadas após o deslocamento forçado das populações atingidas. Nesse sentido, a presença de equipamentos como o CEPA, a casa-museu Quilombo Real e o Quintal Cultural reforça a centralidade cultural e educacional do bairro do Farol no contexto urbano de Maceió e evidencia como determinados marcos edificados continuam a desempenhar papel fundamental na preservação da memória coletiva e na sustentação das referências culturais das comunidades afetadas.

Além dos marcos edificados ainda existentes ou em processo de descaracterização, o inventário registrou um conjunto expressivo de referências materiais que foram demolidas em decorrência dos riscos estruturais associados à instabilidade do solo nas áreas diretamente afetadas pelo desastre tecnológico, após as ações de desocupação conduzidas pela Defesa Civil. A perda dessas edificações ultrapassa a dimensão física da paisagem urbana, implicando o desaparecimento de referências simbólicas e de espaços de convivência que desempenhavam papel central na vida social, religiosa e cultural das comunidades.

Entre os equipamentos atingidos, as edificações religiosas assumem especial relevância, não apenas por sua materialidade, mas pelo papel estruturante que historicamente exerceram na organização da vida coletiva. Ao longo de décadas, esses espaços consolidaram-se como referências territoriais fundamentais, articulando práticas de fé, formas de sociabilidade e dinâmicas comunitárias. Igrejas como a de São Pedro, em Bebedouro — construída a partir da mobilização dos próprios pescadores —, e a Igreja Menino Jesus de Praga, no Pinheiro — erguida por meio do engajamento direto dos devotos —, expressavam vínculos profundos entre religiosidade, trabalho e cotidiano. Sua demolição, motivada pelos riscos geotécnicos, desestruturou essas referências, impondo às comunidades a necessidade de reorganizar suas práticas em condições precárias e provisórias.

No cenário atual, observam-se estratégias de adaptação que, embora garantam a continuidade das práticas religiosas, evidenciam as limitações decorrentes da ausência de espaços adequados. Em Bebedouro, a paróquia de São Pedro mantém de forma simbólica a celebração de seu padroeiro, realizada no mês de junho em espaço provisório e pontual na região dos Flexais. De modo semelhante, a paróquia do Menino Jesus de Praga passou a desenvolver suas atividades em um espaço improvisado no bairro do Farol. Tais rearranjos, ao mesmo tempo em que revelam a resiliência das comunidades, indicam os impactos duradouros da perda desses marcos, afetando a regularidade das práticas, a intensidade das relações comunitárias e a própria experiência coletiva da fé.

Esse processo também atingiu templos vinculados a denominações evangélicas que, em sua maioria, funcionavam em edificações de pequena e média escala — muitas vezes casas térreas, sobrados ou pequenos prédios comerciais — construídas, alugadas ou adaptadas pelos próprios fiéis. Inseridos de forma orgânica no tecido urbano, esses espaços constituíam importantes pontos de acolhimento, convivência e apoio comunitário. A desativação e posterior demolição de templos ligados, por exemplo, à Assembleia de Deus e à Igreja Universal do Reino de Deus, em áreas como a Ladeira Professor Benedito Silva, em Bebedouro, implicaram a dispersão de redes sociais e a perda de locais fundamentais para práticas religiosas e iniciativas solidárias. Em uma perspectiva mais ampla, os impactos também alcançaram outras matrizes de fé, incluindo centros espíritas/kardecistas e espaços de espiritualidade de matriz oriental, como unidade da Igreja Messiânica Mundial do Brasil (IMMB) e o Ashram Badari Vana (espaço de práticas yogues e meditativas), evidenciando a amplitude das perdas sobre a diversidade religiosa dos territórios.

De forma convergente, a demolição de equipamentos vinculados ao ensino, à assistência social e à organização intracomunitária produziu efeitos igualmente significativos. Escolas públicas e privadas, para além de sua função educacional, operavam como espaços de convivência, articulação social e suporte às práticas culturais, sendo frequentemente utilizadas para ensaios, apresentações e atividades formativas. Sua perda interrompeu não apenas rotinas escolares, mas também dinâmicas coletivas essenciais à transmissão de saberes e à vida comunitária. No campo da assistência social, a demolição do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Bebedouro — anteriormente localizado na antiga Estrada da Granja — representou a desarticulação de um espaço estratégico de encontro e mobilização. Embora o equipamento e os serviços de assistência

social tenham sido posteriormente retomados em outro imóvel — também de valor histórico no bairro —, essa transferência não recompõe integralmente as relações territoriais previamente estabelecidas, uma vez que o deslocamento dos indivíduos e grupos sociais rompeu os vínculos que se estruturavam em torno do espaço original.

A desativação de sedes de grupos e associações culturais também comprometeu a continuidade de práticas artísticas e a manutenção de redes de produção cultural. Para citar algumas delas, a Associação dos Violeiros e Trovadores de Alagoas e a Associação Cultural Joana Gajuru exemplificam a importância desses espaços como núcleos de formação, encontro e difusão cultural, cuja perda fragilizou os circuitos culturais locais. No campo esportivo, a demolição do Estádio Gustavo Paiva, antiga casa do time de futebol CSA, no Mutange, evidencia a amplitude desses impactos ao atingir um espaço que, para além de sua função esportiva, constituía um lugar de memória e sociabilidade profundamente vinculado às experiências coletivas da população.

A supressão de espaços de sociabilidade cotidiana, como praças, bares e feiras livres, mapeados durante a pesquisa sobre os bairros, reforça esse quadro de perdas. Lugares como o mercado público, situado nas proximidades da Igreja de Santo Antônio, em Bebedouro, desempenhava papel central na organização da vida cotidiana, articulando relações de proximidade, trocas simbólicas e práticas culturais. Sua eliminação contribuiu para a fragmentação de redes sociais e para a desarticulação de dinâmicas que sustentavam sentidos de pertencimento e identidade coletiva.

Nesse contexto mais amplo, a cartografia social desenvolvida pelo IPCI Maceió evidenciou a presença significativa de terreiros e espaços religiosos vinculados às tradições de matrizes afro-indígenas nos bairros atingidos, revelando uma geografia religiosa profundamente articulada às formas de ocupação e às dinâmicas de sociabilidade locais. Em geral, esses espaços configuravam-se como estruturas de pequena escala, integradas às residências de seus sacerdotes ou responsáveis religiosos, ocupando áreas anexas às casas, quintais ou cômodos internos das próprias moradias. Essa forma de organização possibilitava a realização de rituais, encontros comunitários e atividades religiosas, ao mesmo tempo em que assegurava certo resguardo em relação às vias de maior circulação e à dinâmica cotidiana do entorno. Tal configuração pode ser interpretada a partir de processos históricos de perseguição e intolerância religiosa, como

o episódio do Quebra de Xangô, ocorrido em 1912, cujos desdobramentos contribuíram para a adoção de estratégias de proteção e resguardo desses espaços ao longo do tempo.

A demolição desses terreiros, no contexto da desocupação compulsória, configurou um dos impactos mais sensíveis do desastre sobre o patrimônio cultural dos territórios, ao provocar não apenas a perda material dos espaços, mas também uma profunda perda espiritual, marcada pela ruptura dos vínculos com o passado e pelas ancestralidades ali cultivadas. Esse processo implicou a desarticulação de redes religiosas, a interrupção dos sistemas de transmissão de saberes e um significativo apagamento cultural, comprometendo a continuidade de práticas, rituais e referências fundamentais para a identidade das comunidades. Entre os casos identificados, destaca-se o do terreiro Nzo Rya Kavungo, originalmente localizado no Mutange e posteriormente transferido para o Tabuleiro do Martins, o que ilustra de forma expressiva os deslocamentos forçados e as rupturas territoriais impostas a essas comunidades.

Dessa forma, o conjunto de demolições evidencia que os efeitos do desastre incidem diretamente sobre as bases materiais e simbólicas que sustentavam a vida social nos bairros atingidos. Ao comprometer espaços de encontro, práticas culturais e referências territoriais, esse processo produz rupturas profundas nas dinâmicas comunitárias e na continuidade cultural. As narrativas dos moradores, registradas no âmbito do IPCI Maceió, reforçam que a memória urbana se constitui não apenas a partir dos bens oficialmente reconhecidos, mas também desses lugares vividos, cujo valor patrimonial reside na experiência coletiva e no significado que lhes é atribuído pelas comunidades.

No cenário atual, os bairros atingidos pelo desastre tecnológico em Maceió apresentam uma profunda transformação de sua paisagem e de suas condições de existência, marcadas pela passagem de territórios densamente habitados e culturalmente ativos para áreas desocupadas, fragmentadas e, em muitos trechos, ambientalmente degradadas. O processo de desocupação compulsória, articulado à retirada sistemática de elementos construtivos das residências pelos ex-moradores — muitas vezes impulsionada por necessidades materiais imediatas ou por vínculos afetivos com aquilo que ainda podia ser preservado — e à demolição progressiva dos imóveis conduzidos pela defesa civil, produziu um cenário de arruinamento generalizado e de profunda descaracterização do tecido urbano. Esse processo não apenas comprometeu a integridade física das edificações, mas também instaurou uma paisagem marcada pela ausência, na qual

vestígios do passado foram sendo paulatinamente apagados. As demolições em larga escala, como as ocorridas de forma emblemática no bairro do Mutange, intensificaram esse quadro, acelerando a eliminação de referências materiais e ampliando a sensação de ruptura irreversível com o território de origem.

Para além da dimensão física, esses processos aprofundaram a experiência de desterritorialização vivida pelas comunidades, produzindo um sentimento coletivo de luto que se manifesta tanto pela perda das moradias quanto pela impossibilidade de reconhecimento dos lugares que antes estruturavam a vida cotidiana. Intervenções posteriores, como a terraplanagem, a implantação de sistemas de drenagem e as iniciativas de recomposição vegetal, consolidam uma nova configuração espacial que, embora tecnicamente orientada, reforça a percepção de apagamento da memória local. O que antes era um território vivo, marcado por práticas culturais, relações de vizinhança e trajetórias compartilhadas, transforma-se em um espaço árido e desabitado, no qual a ausência de referências materiais tangíveis intensifica o distanciamento simbólico e emocional dos antigos moradores em relação ao lugar.

Diante desse quadro, a comunidade atingida manifestou, de forma recorrente durante a realização do inventário, o desejo de que esses territórios não sejam futuramente destinados a usos que aprofundem o sentimento de injustiça, como empreendimentos imobiliários voltados às classes mais abastadas ou projetos turísticos dissociados de suas realidades. Ao contrário, reivindica-se que qualquer processo de reocupação ou destinação considere a memória coletiva, os vínculos territoriais e as necessidades atuais dessa população, de modo a possibilitar a continuidade de suas práticas culturais e a reconstrução de suas formas de vida com dignidade.

A dimensão imaterial como fundamento para a compreensão das referências culturais nos bairros atingidos

A análise da formação urbana dos bairros de Maceió requer a incorporação da dimensão imaterial como elemento fundamental para a compreensão das dinâmicas sociais e simbólicas que historicamente estruturaram o território posteriormente atingido pelo desastre tecnológico. Para além das transformações espaciais, econômicas e migratórias que marcaram a constituição de bairros como Bebedouro, Bom Parto, Mutange, Farol e Pinheiro, impõe-se o reconhecimento do papel estruturante das práticas culturais, dos

sistemas de valores e das formas de sociabilidade consolidadas nesses espaços ao longo do tempo. Tais territórios não se configuram apenas como recortes administrativos ou áreas residenciais da malha urbana, mas como espaços socialmente produzidos, nos quais memórias, identidades e sentidos de pertencimento foram continuamente construídos e transmitidos entre gerações.

A trajetória histórica desses bairros evidencia formas específicas de organização comunitária e vínculos afetivos com o território, sustentados por um amplo repertório de expressões culturais. Essas expressões resultam do entrelaçamento de diferentes matrizes civilizatórias — indígenas, africanas, portuguesas e sertanejas — cujos elementos se articulam na constituição de práticas religiosas, folguedos, festas populares, culinária, oralidade e saberes tradicionais que compõem o universo cultural maceioense. Nessa perspectiva, o patrimônio cultural imaterial manifesta-se como um sistema dinâmico de práticas e significados que estrutura a vida social e contribui para a reprodução simbólica das comunidades.

Nos bairros historicamente vinculados às margens da lagoa e às áreas de ocupação popular — bem como nas porções socialmente mais vulnerabilizadas dos bairros do Farol e do Pinheiro que mantinham interface com a planície lagunar — essas expressões culturais assumiram função social relevante, desempenhando papel central na organização da vida cotidiana. Rituais religiosos, celebrações comunitárias, redes de solidariedade e formas tradicionais de transmissão de conhecimentos constituíram mecanismos fundamentais de coesão social e de afirmação identitária. Tais práticas operaram como estratégias coletivas de resistência simbólica e de construção de pertencimento diante das condições históricas de vulnerabilidade e das dinâmicas de exclusão socioespacial que marcaram o processo de formação urbana de Maceió, contribuindo para a consolidação de territórios culturalmente densos, nos quais o cotidiano se estruturava a partir de relações comunitárias, práticas de reciprocidade e modos próprios de produção e compartilhamento de saberes.

Em contraste com essa dinâmica, a constituição das ocupações nas regiões de platô — abrangendo especialmente os bairros do Farol e do Pinheiro — seguiu uma lógica distinta, marcada por processos de urbanização mais planejados e por uma ocupação predominantemente associada às camadas médias e médias altas, em determinados períodos, às elites locais. Nessas áreas, a organização do espaço urbano esteve menos

vinculada a formas coletivas e comunitárias de uso e apropriação do território e mais orientada por dinâmicas residenciais individualizadas, pela valorização imobiliária e pela presença de equipamentos institucionais e serviços. Como resultado, as práticas culturais tenderam a se estruturar de maneira mais localizada e, muitas vezes, mediadas por instituições — como escolas, igrejas e associações —, com menor centralidade das manifestações espontâneas no espaço público. Essa configuração contribuiu para a formação de uma ambiência sociocultural distinta daquela observada nas áreas de ocupação popular, com menor densidade de práticas culturais compartilhadas no cotidiano e, consequentemente, menor visibilidade dessas expressões na memória coletiva como elementos estruturantes da vida territorial.

Mesmo diante das transformações impostas pelos processos de modernização urbana e pelas dinâmicas de reestruturação econômica, o patrimônio cultural imaterial manteve-se como elemento estruturante da experiência social nesses territórios. Até o início do processo de desocupação compulsória, desencadeado em 2018, tais práticas continuavam a organizar a vida comunitária e a reforçar os vínculos entre os moradores e seus lugares de origem. Ainda que o deslocamento forçado tenha provocado rupturas significativas nos contextos socioterritoriais, muitas dessas expressões culturais seguem sendo recriadas e atualizadas nas experiências cotidianas das populações deslocadas, reafirmando laços de pertencimento e assegurando a continuidade das tradições em novos contextos territoriais.

Desse modo, os bairros analisados — com suas distintas formas de ocupação, usos do território e dinâmicas socioculturais — configuravam-se como espaços privilegiados para a compreensão da formação sociohistórica e cultural de Maceió. Neles, o patrimônio cultural imaterial se apresentava como componente estruturante da vida social e simbólica, manifestando-se por meio de práticas, saberes, celebrações e formas de organização coletiva que expressavam modos de vida singulares e historicamente situados. Tais elementos não apenas refletiam as especificidades de cada território — seja nas áreas de ocupação popular vinculadas à planície lagunar e encostas, seja nas regiões de platô, como também evidenciavam estratégias de resistência frente a processos de homogeneização cultural, valorização imobiliária e apagamento territorial.

Sob essa perspectiva, os bairros não se configuram apenas como recortes espaciais definidos por sua materialidade urbana, mas como construções históricas e sociais,

continuamente produzidas e ressignificadas pelas relações que neles se estabelecem — mesmo em contextos de esvaziamento ou desocupação. Sua constituição ultrapassa a dimensão institucional e econômica, sendo profundamente marcada pelas experiências cotidianas dos sujeitos que os habitam e lhes atribuem sentido.

Nesses territórios, consolidam-se práticas, saberes e formas de sociabilidade que expressam os modos de vida locais, constituindo-se como elementos fundamentais para a preservação da memória coletiva e para a afirmação das identidades sociais. Tais dimensões revelam que a compreensão da história urbana e sociocultural de Maceió exige o reconhecimento das dinâmicas culturais que sustentam a continuidade dessas comunidades.

Mesmo diante de processos de vulnerabilização, deslocamento forçado e ruptura territorial, essas práticas culturais operam como mecanismos de resistência e rearticulação dos vínculos sociais, reafirmando a centralidade da cultura na produção e na permanência das referências coletivas ao longo do tempo.Nesse sentido, a análise das práticas culturais como formas de resistência e continuidade social permite evidenciar, de maneira mais concreta, como esses processos se materializam em contextos específicos, a exemplo das dinâmicas socioculturais associadas à planície lagunar de Maceió.

A cultura da pesca artesanal e as referências culturais da planície lagunar

No âmbito do patrimônio cultural imaterial, a cultura da pesca artesanal constitui uma das referências culturais mais significativas dos territórios situados na planície lagunar de Maceió, especialmente nos bairros Bebedouro, Mutange e Bom Parto. Nessas áreas, a relação histórica entre as comunidades locais e a Lagoa Mundaú configurou um sistema sociocultural profundamente enraizado nas práticas tradicionais de uso e manejo dos recursos naturais. A lagoa, elemento estruturante da paisagem e da dinâmica socioeconômica regional, desempenhou papel central na formação histórica desses bairros ao articular atividades produtivas, práticas culturais e formas de sociabilidade que marcaram a experiência cotidiana de seus habitantes.

A pesca artesanal na Lagoa Mundaú constitui uma das formas mais antigas de ocupação e interação humana com esse ambiente. Desde o século XIX, famílias de pescadores e marisqueiras estabeleceram-se em suas margens e nas proximidades de nascentes de água doce, desenvolvendo modos de vida baseados na exploração dos recursos naturais e na

transmissão intergeracional de saberes. Essas práticas envolveram técnicas específicas de pesca, construção de embarcações e conhecimento dos ciclos naturais da lagoa, além de valores, crenças e formas de organização comunitária que estruturaram a vida social nesses territórios.

Nesse contexto, a atividade pesqueira ultrapassa a dimensão econômica, configurando-se como um sistema cultural que articula trabalho, religiosidade, festividades e cooperação social. A organização comunitária dos pescadores expressa esse caráter coletivo, como evidenciado pela mobilização para a construção da Igreja de São Pedro, localizada em frente ao Colégio Bonifácio, erguida a partir de contribuições da própria comunidade. Tal iniciativa ilustra a articulação entre práticas produtivas, organização social e construção de referências simbólicas compartilhadas.

O universo cultural da pesca também se manifesta em celebrações comunitárias que reforçam laços de pertencimento, como a festa de São Pedro e a tradicional corrida de canoas, organizada pelos pescadores e regida por normas que preservam seu caráter tradicional, como o uso exclusivo de embarcações à vela. O percurso, que parte do porto do Flexal em direção à região da Croa de Holanda[13], mobilizava a comunidade em um evento que combina competição, celebração e reafirmação identitária.

Os impactos do desastre tecnológico associado à exploração de sal-gema afetaram profundamente os contextos socioterritoriais nos quais essas práticas se desenvolveram. A desocupação compulsória e a instabilidade do solo provocaram a ruptura de vínculos territoriais, a dispersão das comunidades e a fragilização das redes de sociabilidade. Ainda assim, a cultura da pesca artesanal permanece como importante elemento de memória coletiva e resistência cultural, sendo continuamente mobilizada como forma de reafirmação identitária e de reivindicação simbólica do território perdido.

A compreensão desses processos de resistência e rearticulação cultural, mesmo em contextos de ruptura territorial, demanda o alargamento do olhar para outras matrizes formadoras da vida socioterritorial local, entre as quais se destaca, de maneira fundamental, a contribuição das populações negras na constituição histórica de Maceió.

Contribuições da cultura negra na formação socioterritorial

[13] Famoso banco de areia (croa) situado no Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba.

A formação histórica de Maceió e de seus bairros está profundamente vinculada à presença e à atuação das populações negras, cuja contribuição foi decisiva para a constituição das dinâmicas sociais, econômicas e culturais da região. Desde o período colonial, a economia açucareira promoveu a circulação e o estabelecimento de pessoas escravizadas e libertas em áreas próximas aos engenhos, aos caminhos de escoamento e às zonas portuárias, configurando territórios marcados por intensas relações de trabalho, sociabilidade e resistência cultural.

Esses grupos desempenharam papel fundamental na construção de formas de vida urbana e periurbana, estruturando redes comunitárias, práticas religiosas e manifestações culturais que permanecem como referências identitárias. Bairros como Bebedouro, Mutange e Bom Parto, bem como as franjas de encosta dos bairros do Farol e do Pinheiro, consolidaram-se historicamente como territórios de significativa presença afrodescendente. Nesses espaços, saberes tradicionais, práticas culturais e formas de organização coletiva desempenharam papel decisivo na produção do espaço social e na constituição de redes de sociabilidade e pertencimento. Nesse sentido, a cultura negra deve ser compreendida não apenas como uma dimensão folclórica ou simbólica, mas como elemento estruturante da formação socioterritorial desses bairros, influenciando de maneira profunda suas dinâmicas históricas, culturais e identitárias.

Para além dessa dimensão, a compreensão da formação socioterritorial desses bairros exige considerar, de forma articulada, outros processos históricos que incidiram sobre sua configuração, dentre os quais se destacam as influências da cultura rural e as dinâmicas migratórias.

Influências da cultura rural e das dinâmicas de migração

A formação desses bairros também foi marcada por intensos fluxos migratórios provenientes do interior de Alagoas e de regiões vizinhas. Ao longo do processo de urbanização, populações rurais deslocaram-se para a capital em busca de trabalho, contribuindo para a expansão urbana e para a configuração social desses territórios.

Esses migrantes introduziram práticas culturais, saberes e modos de vida associados ao universo rural, que foram progressivamente incorporados ao cotidiano urbano. Festas populares, práticas alimentares, religiosidade e formas de sociabilidade comunitária

passaram a compor um ambiente cultural híbrido, no qual elementos rurais e urbanos se entrelaçam, contribuindo para a construção de identidades territoriais específicas.

De modo complementar, a análise dessas dinâmicas culturais híbridas demanda considerar também a atuação de outros agentes sociais na conformação do território, em especial os segmentos das elites urbanas, cujas práticas de sociabilidade e produção cultural exerceram influência significativa na constituição de referências culturais locais.

Elite urbana, sociabilidade e a constituição de referências culturais no território

A formação sociocultural de bairros como Bebedouro, Mutange, Farol e Pinheiro foi profundamente influenciada pela presença de segmentos das elites alagoanas e de figuras de destaque político, econômico e intelectual, especialmente entre o final do século XIX e ao longo do século XX. Nesses territórios, a fixação de famílias influentes contribuiu para a constituição de espaços privilegiados de sociabilidade e produção cultural, nos quais práticas sociais, eventos e formas de distinção simbólica desempenharam papel relevante na configuração da vida urbana.

A construção de chácaras, casas de veraneio e casarões, particularmente em áreas valorizadas pela paisagem e pela acessibilidade — como Bebedouro, beneficiado pela implantação da linha férrea — favoreceu a intensificação da circulação de pessoas e a realização de eventos culturais e sociais. Esses espaços funcionaram como locais de encontro e interação entre diferentes grupos, promovendo a articulação entre manifestações culturais diversas e contribuindo para a formação de redes de sociabilidade que atravessavam distintos segmentos sociais.

Nos bairros do Farol e do Pinheiro, situados no Planalto da Jacutinga, a presença das elites adquiriu contornos ainda mais marcantes. A ocupação dessas áreas esteve associada, inicialmente, a fatores ambientais — como melhores condições de salubridade e ventilação —, mas rapidamente passou a expressar estratégias de distinção social e afirmação de status no espaço urbano. A construção de residências de grande porte, aliada à realização de eventos seletivos — como encontros políticos, celebrações privadas e atividades culturais restritas —, consolidou esses bairros como territórios simbólicos das classes dominantes, desempenhando papel central na produção e legitimação de determinadas formas de sociabilidade ao longo do século XX.

No contexto contemporâneo, embora esses bairros tenham passado por processos de diversificação social e funcional, a presença e a influência das elites permanecem perceptíveis, seja na configuração urbana, seja na permanência de instituições, equipamentos e práticas associadas a esses grupos. Contudo, a inserção do Farol e do Pinheiro na área impactada pelo desastre tecnológico evidencia que tais dinâmicas também foram profundamente tensionadas. Os efeitos da instabilidade do solo e do deslocamento populacional não incidem apenas sobre o patrimônio material, mas atingem igualmente as dimensões simbólicas e imateriais da vida urbana, comprometendo vínculos sociais e referências culturais historicamente construídas. Nesse sentido, a desestruturação territorial revela que, ainda que marcados por trajetórias de prestígio e centralidade, esses bairros não ficaram imunes às rupturas impostas por processos de crise, que reconfiguram de maneira significativa suas dinâmicas socioculturais.

Patrimônio cultural imaterial e continuidade das práticas culturais nos territórios afetados pelo desastre

A compreensão dos impactos do desastre sobre os territórios atingidos exige considerar não apenas as perdas materiais, mas também as transformações profundas que incidem sobre o patrimônio cultural de natureza imaterial. Constituído por saberes, práticas, expressões, celebrações e formas de organização social, esse patrimônio está intrinsecamente ligado aos contextos socioterritoriais em que é produzido e reproduzido.

Nos bairros afetados, a desocupação compulsória, a dispersão das comunidades e a perda de espaços de referência comprometeram significativamente as condições de continuidade das práticas culturais, incidindo diretamente sobre os processos de transmissão de saberes, as redes de sociabilidade e os sentidos de pertencimento. Contudo, destaca-se o protagonismo de indivíduos e coletivos — mestres, mestras, fazedores e fazedoras de cultura — que, de forma ativa, vêm empreendendo esforços para salvaguardar seus saberes e práticas culturais. Mesmo em contextos adversos, esses sujeitos mobilizam estratégias de adaptação, recriação e resistência, assegurando a continuidade de suas referências culturais e reafirmando o papel central das comunidades na preservação e atualização de seus patrimônios imateriais.

Cabe destacar que o processo de desocupação compulsória desses bairros coincidiu com a eclosão da pandemia de COVID-19, instaurando um período marcado por profundas

incertezas e restrições à convivência social. Nos momentos iniciais após o deslocamento forçado, à crise sanitária intensificou o isolamento das populações atingidas, ao mesmo tempo em que a dispersão dos indivíduos e famílias para diferentes bairros — muitas vezes distantes entre si e inseridos em contextos socioterritoriais distintos — agravou a fragmentação das comunidades. Esse duplo processo comprometeu a continuidade das interações cotidianas, enfraqueceu vínculos de proximidade e dificultou a reorganização de redes de sociabilidade.

A impossibilidade de realização de festas, rituais, ensaios e demais atividades coletivas, no período, somada à nova configuração espacial dos grupos, impactou diretamente os modos de transmissão de saberes, especialmente aqueles baseados na oralidade, na convivência e na prática compartilhada. Mestres, aprendizes e fazedores de cultura passaram a enfrentar obstáculos concretos para manter suas atividades, tanto pela distância física quanto pelas limitações impostas pelas medidas sanitárias. Nesse contexto, as referências culturais foram atravessadas não apenas pela ruptura territorial, mas também por uma descontinuidade nas condições de sua reprodução social, exigindo dos sujeitos e coletivos a mobilização de estratégias de adaptação e resistência para preservar, ainda que de forma reconfigurada, seus vínculos identitários e práticas culturais. Em contraponto a esse cenário de descontinuidade e reconfiguração das práticas culturais, a evocação de experiências históricas anteriores permite compreender a densidade e a vitalidade dessas referências nos territórios afetados, como exemplifica a trajetória cultural do bairro de Bebedouro.

A memória do bairro de Bebedouro, em Maceió, guarda em sua história uma alcunha que sintetiza, de forma expressiva, sua vocação cultural e festiva: a chamada “República da Alegria”. Esse apelido, consolidado nas primeiras décadas do século XX, remete a um período em que o bairro se destacou como um dos principais polos de sociabilidade e efervescência cultural da cidade, especialmente durante o carnaval. Sob a liderança simbólica do Major Bonifácio Magalhães da Silveira[14] — conhecido como o “Presidente Perpétuo da República da Alegria” —, Bebedouro tornou-se palco de encontros, festas e

[14] Bonifácio Magalhães da Silveira (1867–1945), conhecido como Major Bonifácio, foi militar da Guarda Nacional, abolicionista e agente político-cultural de destaque em Maceió. Atuou na Sociedade Libertadora Alagoana, contribuindo para a compra de alforrias de pessoas escravizadas. Tornou-se amplamente reconhecido por sua intensa atuação na promoção de festas populares no bairro de Bebedouro, especialmente na Praça Santo Antônio (atual Praça Lucena Maranhão), o que lhe rendeu a alcunha de “Major da Folia” ou “Major da Alegria”. Nascido em Recife, estabeleceu-se em Alagoas, onde consolidou sua influência na vida cultural local; era tio da psiquiatra Nise da Silveira.

manifestações que articulavam música, dança e convivência comunitária, projetando-se como um território marcado pela celebração coletiva e pela criatividade popular.

Para além do ciclo carnavalesco, essa vitalidade também se expressava nos festejos natalinos, quando a Praça Lucena Maranhão se consolidava como um importante espaço de encontro, reunindo apresentações de grupos de folguedos — como o guerreiro, o pastoril, entre outros associados ao período festivo —, parque de diversões e a tradicional missa de Natal, reafirmando o caráter multifacetado das celebrações que estruturavam a vida cultural do bairro ao longo do ano.

Ao longo do tempo, essa vocação não apenas se manteve, como se transformou e se diversificou, acompanhando as dinâmicas sociais e culturais da cidade. Já no período recente, até a eclosão do desastre tecnológico que resultou na desocupação compulsória do bairro, Bebedouro permanecia como um importante celeiro de práticas culturais populares e tradicionais em Maceió. Suas ruas, praças, igrejas e espaços comunitários abrigavam festas religiosas, palhoções, grupos de Guerreiro, Pastoril, Coco de Roda, Quadrilhas Juninas, além de expressões contemporâneas e saberes tradicionais que se transmitiam no cotidiano. Nesse contexto, o bairro concentrava mestres e mestras da cultura popular, reconhecidos por seu papel na preservação e difusão de conhecimentos, técnicas e modos de fazer que constituem a base do patrimônio cultural imaterial local.

Essa continuidade histórica revela que a “República da Alegria” não se restringia a um episódio do passado, mas configurava uma dimensão estruturante da identidade de Bebedouro. A centralidade das práticas culturais no cotidiano do bairro contribuía para a formação de redes de sociabilidade, para a transmissão intergeracional de saberes e para a construção de vínculos de pertencimento profundamente enraizados no território. Assim, Bebedouro se afirmava não apenas como um espaço de moradia, mas como um território de intensa produção cultural, onde memória, tradição e inovação coexistiam e se retroalimentavam.

No bairro do Bom Parto, a presença da antiga fábrica têxtil Alexandria marcou profundamente a vida cultural e social do território, constituindo-se como um importante polo de sociabilidade e dinamização das práticas festivas locais. Ao lado da fábrica, formou-se também uma feira livre que ampliava o fluxo cotidiano de pessoas e trocas, enquanto o Teatro Alexandria se consolidava como um espaço de referência para

atividades culturais, abrigando shows, apresentações artísticas e exibições de filmes nos finais de semana. Esse conjunto de equipamentos e práticas articulava trabalho, lazer e cultura, configurando uma ambiência vibrante no bairro.

Para além de sua função produtiva, a fábrica desempenhava um papel ativo na organização de eventos que mobilizavam trabalhadores, suas famílias e moradores do entorno, como bailes, festas e celebrações carnavalescas que se tornaram referência na memória coletiva da região. Esses momentos festivos, realizados frequentemente em espaços vinculados à própria estrutura da fábrica ou em áreas próximas, promoviam encontros intergeracionais, fortaleciam vínculos comunitários e contribuíam para a formação de um calendário cultural que integrava diferentes dimensões da vida social.

Os bailes e carnavais promovidos pela Fábrica Alexandria não apenas marcaram um período específico da história do bairro do Bom Parto, mas contribuíram para a consolidação de uma tradição festiva que se estendeu ao longo das décadas, mantendo-se viva até o período que antecede o desastre tecnológico. Essas experiências inauguraram formas de organização e fruição do carnaval que, posteriormente, foram apropriadas e reinventadas pela própria comunidade, dando origem a blocos de rua, cortejos, festas comunitárias e outras iniciativas culturais que passaram a integrar o calendário carnavalesco local.

Ao longo do tempo, o bairro continuou a se afirmar como um espaço de efervescência cultural durante o carnaval, com a presença de manifestações que articulavam música, dança e ocupação dos espaços públicos. Grupos culturais, brincantes e moradores organizavam festejos que mobilizavam ruas, praças e sedes comunitárias, mantendo viva a tradição do encontro coletivo e da celebração. Essas práticas dialogavam tanto com referências mais antigas — como os bailes e carnavais da Alexandria — quanto com expressões contemporâneas, incorporando novos repertórios musicais e estéticos, sem romper com o sentido comunitário que historicamente caracterizou o território.

Nesse contexto, o carnaval no Bom Parto configurava-se como um momento privilegiado de ativação das redes de sociabilidade, no qual diferentes gerações se encontravam e participavam ativamente da produção cultural do bairro. A continuidade dessas práticas evidenciava a permanência de uma memória festiva compartilhada, que encontrava no espaço urbano seu principal suporte. Assim, o legado da Fábrica Têxtil Alexandria pode

ser compreendido não apenas como um episódio do passado, mas como um elemento estruturante das dinâmicas culturais que persistiram até a desocupação compulsória.

Com o avanço do desastre e a consequente ruptura territorial, as expressões carnavalescas do Bom Parto foram profundamente impactadas, em um contexto mais amplo de desestruturação das práticas festivas do bairro. Para além do carnaval, também no ciclo junino se destacava a presença dos tradicionais palhoções — estruturas montadas coletivamente em ruas e praças, que funcionavam como espaços de convivência, celebração e realização de apresentações culturais, constituindo uma marca significativa da vida comunitária. A perda desses espaços de realização, somada à dispersão dos moradores e à desarticulação das redes comunitárias, dificultou a continuidade dessas práticas, interrompendo, ainda que de forma não definitiva, um ciclo histórico de celebração coletiva. Ainda assim, a memória desses festejos — ancorada tanto nas experiências da Fábrica têxtil quanto nas manifestações mais recentes — permanece como referência identitária para os ex-moradores, reafirmando o papel do bairro como um território historicamente marcado pela alegria, pela criatividade e pela força de suas expressões culturais.

No que se refere aos bairros do Mutange, Farol e Pinheiro, observa-se, a partir dos relatos coletados ao longo da pesquisa — sobretudo nas áreas diretamente afetadas —, uma menor incidência de memórias vinculadas a práticas culturais festivas públicas e estruturadas, especialmente quando comparados a territórios como Bebedouro e Bom Parto, historicamente reconhecidos por sua efervescência cultural. Essa menor presença de registros na memória coletiva, contudo, não deve ser interpretada como ausência de práticas culturais, mas como resultado de processos históricos específicos que condicionaram a forma como essas manifestações se organizaram, circularam ou não se consolidaram de maneira mais visível e duradoura nesses territórios.

No caso do Mutange, uma das hipóteses relaciona-se à sua configuração como território de passagem, situado no entremeio de bairros com forte tradição cultural. Essa condição parece ter influenciado sua dinâmica de ocupação e uso do espaço, fazendo com que o bairro se configurasse mais como área de circulação, conexão e compartilhamento de experiências com territórios vizinhos do que como um polo de concentração de eventos festivos de maior visibilidade. Assim, muitas das vivências culturais de seus moradores

estavam articuladas às programações dos bairros circunvizinhos, contribuindo para uma menor consolidação de referências festivas próprias no imaginário local.

No bairro do Pinheiro, por sua vez, embora não se observe a mesma projeção festiva histórica de áreas como Bebedouro e Bom Parto, a contemporaneidade revela a existência de práticas culturais significativas, especialmente aquelas vinculadas a espaços institucionais. Destacam-se, nesse sentido, os festejos promovidos pela Igreja Batista do Pinheiro e pela Igreja Menino Jesus de Praga, que mobilizavam a comunidade em atividades religiosas e de convivência. Essa configuração relaciona-se à sua formação urbana mais recente, associada à expansão da cidade ao longo do século XX, que favoreceu a organização de práticas culturais mais localizadas e ancoradas em centralidades específicas, contribuindo para uma menor difusão dessas experiências na memória coletiva mais ampla.

Cabe destacar que a análise realizada no âmbito da pesquisa adotou como recorte territorial específico a área diretamente afetada pelo desastre tecnológico e submetida à desocupação compulsória determinada pela Defesa Civil, buscando identificar as práticas culturais que ali se desenvolviam e suas respectivas dinâmicas de enraizamento. Nesse sentido, no caso do bairro do Farol, particularmente nessa área delimitada, não foram identificados registros de práticas festivas de maior relevância ou de forte enraizamento no próprio território.

Tal constatação pode ser compreendida a partir das dinâmicas históricas de ocupação e uso do espaço, nas quais as atividades festivas — especialmente aquelas vinculadas às camadas sociais mais abastadas — tendiam a ocorrer em clubes e equipamentos localizados em outras áreas do bairro ou da cidade, como Jaraguá e regiões litorâneas. Dessa forma, a porção analisada do Farol consolidou-se predominantemente como um espaço de caráter residencial, comercial e institucional, com menor centralidade na realização de festas públicas, o que contribui para a menor presença dessas referências na memória coletiva associada à área diretamente atingida.

A menor incidência de memórias festivas nesses três bairros pode ser compreendida como resultado de trajetórias urbanas distintas — seja pela condição de território entremeio, pela formação mais recente ou pela externalização das práticas festivas para outros espaços da cidade. Em comum, esses fatores ajudam a explicar por que tais territórios,

embora inseridos em uma rede cultural mais ampla, apresentam menor densidade de registros sobre celebrações estruturadas em seus próprios espaços. Ainda assim, o passado recente revela uma reconfiguração significativa dessas dinâmicas, marcada pela ampliação, diversificação e maior visibilidade das práticas culturais de natureza imaterial.

Nas décadas que antecederam o desastre, o território afetado — especialmente nos bairros de Bebedouro e Bom Parto — foi marcado pela consolidação de dinâmicas culturais diversas e articuladas, impulsionadas tanto por grupos populares e tradicionais quanto pela emergência de expressões contemporâneas e iniciativas comunitárias. A partir dos levantamentos realizados ao longo do inventário, foram identificadas diversas expressões culturais que evidenciam a vitalidade desses territórios, incluindo festas religiosas, folguedos, práticas associadas à tradição oral, saberes tradicionais, além de manifestações artísticas contemporâneas. Essas práticas se distribuíam por diferentes espaços do cotidiano, como ruas, praças, instituições religiosas, sedes comunitárias e ambientes informais, conformando uma rede ativa de produção cultural. Nesse contexto, estabeleceu-se uma ambiência caracterizada pela convivência, pela participação social e pela intensa circulação de saberes, na qual diferentes formas de expressão coexistiam, dialogavam e se reinventavam continuamente no interior dos próprios territórios.

De modo mais amplo, antes da eclosão do desastre tecnológico, os bairros atingidos configuravam-se como territórios densamente atravessados por práticas culturais que estruturavam a vida social, simbólica e econômica das comunidades. Essas práticas se desenvolviam de forma integrada, sustentadas por vínculos comunitários e por intensos processos de circulação cultural, que envolviam o compartilhamento de pessoas, espaços e saberes. Nesse contexto, era comum que um mesmo indivíduo transitasse entre diferentes expressões culturais — como coco de roda, quadrilhas juninas, guerreiro, audiovisual, artes plásticas e artesanato, entre outras —, assumindo distintos papéis ao longo dos ciclos festivos. Essa dinâmica também se manifestava no deslocamento frequente entre os bairros da região afetada, estendendo-se, inclusive, para além deles, o que evidencia a existência de uma rede cultural articulada, na qual práticas, experiências e conhecimentos circulavam continuamente, ultrapassando limites territoriais formais e reforçando a interdependência entre os grupos e comunidades culturais.

Nesse contexto, as celebrações religiosas assumiam papel estruturante, organizando o calendário cultural e funcionando como pontos de convergência entre práticas, grupos e

experiências. Ao articular dimensões simbólicas, sociais e territoriais, essas festividades consolidavam-se como espaços privilegiados de encontro, expressão e continuidade cultural, evidenciando a centralidade do território na sustentação dessas dinâmicas. Entre as referências culturais das localidades afetadas, destacavam-se as celebrações religiosas, como as festas de Santo Antônio de Pádua, Nossa Senhora do Bom Parto, São Pedro e Menino Jesus de Praga, responsáveis por estruturar o calendário festivo local e mobilizar moradores em torno de rituais, procissões, novenas e diversas atividades coletivas.

A Festa de São Pedro, realizada na região dos Flexais (Cima e Baixo), em Bebedouro, exemplifica essa dinâmica ao articular fé e modo de vida das comunidades pesqueiras, sendo marcada pela procissão que percorria as águas da Lagoa Mundaú. De forma semelhante, as celebrações de Santo Antônio, de caráter centenário e tradicionalmente realizadas na igreja e na Praça Lucena Maranhão, também em Bebedouro, integravam práticas religiosas à convivência cotidiana. Já as festas de Nossa Senhora do Bom Parto, no bairro de mesmo nome, e do Menino Jesus de Praga, no Pinheiro, expressavam devoções profundamente enraizadas nas comunidades locais. Em conjunto, esses eventos extrapolavam o âmbito estritamente religioso, constituindo-se como momentos de encontro, partilha e fortalecimento dos vínculos sociais comunitários.

Nesse contexto, antes do desastre, o território não se configurava apenas como suporte físico dessas práticas, mas como elemento constitutivo de sua própria existência. Era nele que se organizavam os calendários festivos, se definiam os percursos das procissões, se realizavam os encontros e se efetivava a transmissão de saberes. A continuidade dessas expressões dependia diretamente da permanência das comunidades em seus espaços de vida e da manutenção das redes de sociabilidade que sustentavam a vida cultural local.

No mesmo contexto, os festejos juninos, especialmente os chamados palhoções, ocupavam papel central na vida cultural local. Estruturas temporárias construídas com materiais simples, como madeira e palha, eram erguidas em ruas e praças para abrigar danças, comidas típicas e apresentações culturais. Segundo relatos de moradores, esses espaços eram recorrentes em bairros como Bebedouro, Bom Parto e Pinheiro, configurando-se como importantes pontos de encontro e convivência. Neles, celebravam-se tradições ligadas ao ciclo junino, com a presença de violeiros repentistas, apresentações de grupos de forró, quadrilhas juninas e o coco de roda — dança cantada marcada pelo

ritmo dos pés e pela participação coletiva —, entre outras expressões culturais associadas a esse período festivo.

Paralelamente, os grupos culturais populares e tradicionais configuravam-se como importantes núcleos de produção, difusão e, sobretudo, mobilização social no território, desempenhando papel ativo na articulação da vida comunitária. Desde os ensaios até as apresentações públicas — realizadas dentro e fora das comunidades — esses grupos mobilizavam pessoas, recursos e espaços, promovendo encontros, fortalecendo vínculos e dinamizando o uso coletivo do território. Ao mesmo tempo, assumiam uma função social integradora, atuando como repositórios de histórias, memórias e saberes locais, fundamentais para a continuidade das práticas culturais e para a construção de identidades coletivas.

Nesse contexto, o coco de roda, profundamente associado às práticas festivas e comunitárias, reunia música, dança e oralidade em rodas participativas; o guerreiro, manifestação típica de Alagoas surgida da fusão de diferentes folguedos, destacava-se pela riqueza de figurinos, personagens e musicalidade; e o pastoril, derivado dos autos natalinos, apresentava-se como uma dança coreografada com forte protagonismo feminino. Também se faziam presentes os grupos de baianas (ou baianá), com suas danças e indumentárias características, e as quadrilhas juninas estilizadas que, a partir da década de 1980, passaram a incorporar elementos cênicos mais elaborados. Conforme relatado pelos próprios participantes, esses grupos utilizavam escolas, praças e sedes comunitárias como espaços de ensaio e apresentação, consolidando uma geografia cultural própria e reafirmando sua capacidade de mobilização e organização no interior dos bairros.

Além dessas manifestações mais estruturadas, havia ainda um conjunto de expressões culturais vinculadas à tradição oral nordestina, como os Violeiros repentistas, a Literatura de Cordel e o Mamulengo — teatro de bonecos popular caracterizado por personagens e narrativas marcadas pelo humor, pela improvisação e pela crítica social. Essas práticas, embora não ocorressem de forma contínua, eram ativadas em momentos específicos, como festas, eventos comunitários, atividades escolares ou encontros nas casas de seus praticantes. O Repente, por exemplo, caracteriza-se pela improvisação poética acompanhada de viola, enquanto o Cordel reúne histórias impressas em folhetos e também narradas oralmente. Já o Mamulengo, com seus bonecos manipulados em cena, encantava diferentes públicos ao abordar temas do cotidiano.

No campo dos saberes tradicionais, destacavam-se práticas profundamente enraizadas no território e nos modos de vida das comunidades. A pesca artesanal e a mariscagem, especialmente o trabalho das marisqueiras de sururu na Lagoa Mundaú, constituíam atividades baseadas no conhecimento dos ciclos naturais, das marés e das técnicas de captura, transmitidos entre gerações como parte de um saber vivido. Os povos e comunidades de terreiro, por sua vez, mantinham espaços de aprendizagem e convivência onde se compartilhavam conhecimentos ligados às religiões de matrizes africanas e afro-indígenas, envolvendo o uso de ervas, a culinária ritual, os cantos e as práticas espirituais. Já o benzimento configurava-se como uma prática de cura pela fé, realizada por benzedeiras e benzedores por meio de rezas, gestos simbólicos e elementos naturais, voltada ao cuidado de males físicos e espirituais e transmitida oralmente, reunindo influências do catolicismo popular, de tradições indígenas e afrodescendentes.

Outros ofícios e práticas também compunham esse panorama, como o artesanato tradicional, a capoeira e o preparo do acarajé. Artesãos e artesãs produziam peças a partir de técnicas transmitidas no convívio familiar e comunitário, desenvolvidas em ateliês ou em espaços coletivos. Mestres e mestras de capoeira, por sua vez, conduziam rodas e atividades formativas em seus próprios espaços — e, quando não, em escolas e ambientes comunitários — promovendo a transmissão de conhecimentos corporais, musicais e éticos. Já o preparo do acarajé, ainda que adaptado ao contexto urbano de Maceió, mantinha vínculos com a herança afro-brasileira, articulando trabalho, cultura e identidade, sendo comercializado em praças e ruas dos bairros.

Ao mesmo tempo, emergiam expressões artísticas contemporâneas, como o reggae, o rap e as batalhas de poesia falada — conhecidas como slam —, que incorporavam linguagens urbanas e críticas, diretamente conectadas às vivências das juventudes locais. Essas manifestações contribuíam para a criação de circuitos culturais nos bairros, articulando atividades em casas noturnas, bares, praças e outros espaços públicos ou comunitários. Por meio dessa diversidade de locais de produção e fruição, as expressões artísticas se integravam à vida cotidiana, ampliando o acesso à cultura, fortalecendo vínculos sociais e estabelecendo novos pontos de encontro e circulação de saberes nos territórios. Articulados a esse cenário, atuavam também fazedores de cultura das artes visuais, plásticas e cênicas, que produziam em seus próprios espaços — residências ou sedes — e desenvolviam intervenções, apresentações e atividades formativas em ambientes

diversos, formais e informais, ampliando o acesso à produção cultural e criando novos circuitos de encontro, circulação e diálogo.

Nesse sentido, a presença e a dinâmica dos bens culturais imateriais nos bairros atingidos revelam não apenas a riqueza cultural desses territórios, mas também sua centralidade na formação histórica e na construção da memória coletiva local.

Considerações finais

Em síntese, este artigo buscou sistematizar e analisar os dados coletados pelo Inventário Participativo do Patrimônio Cultural Imaterial de Maceió (IPCI Maceió), oferecendo um panorama histórico e territorial sobre as práticas culturais, saberes e expressões imateriais presentes nos bairros diretamente afetados pelo desastre tecnológico causado pela exploração de sal-gema pela mineradora Braskem S.A. Ao destacar a circulação de saberes, os vínculos comunitários e a importância das redes de sociabilidade, o estudo evidencia como o patrimônio cultural imaterial se articulava às relações territoriais e estruturava a vida social, simbólica e cultural das comunidades impactadas.

Além de consolidar um registro historiográfico sensível à experiência vivida, este artigo integra um conjunto de análises produzidas no âmbito do IPCI Maceió, disponibilizadas na plataforma digital do INRC, contribuindo para a visibilidade de práticas e espaços que frequentemente permanecem à margem dos processos formais de reconhecimento patrimonial. Ao apontar lacunas e potencialidades para futuras políticas de salvaguarda, as informações e análises aqui apresentadas oferecem subsídios para pesquisas futuras, aprofundando a compreensão dos impactos de desastres tecnológicos sobre o patrimônio cultural imaterial e apoiando estratégias de preservação, memória e continuidade cultural nos territórios atingidos.

Referência Bibliográfica

ALTAVILA, Jayme de. *História da Civilização das Alagoas*. 10a. ed. Arapiraca: Eduneal, 2023.

AYALA, Maria Ignez Novais. *Os cocos: uma manifestação cultural em três momentos do século XX*. Acervo Ayala, 2000. Disponível em: <https://www.acervoayala.com/acervo/colecao-cocos-1992-1999/publicacoes-cocos/os-cocos-uma-manifestacao-cultural-em-tres-momentos-do-seculo-xx/>. Acesso em: 11, nov, 2024.

BRANDÃO, Théo. *Folclore de Alagoas II*. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, Museu Théo Brandão, 1982.

CARVALHO, Cícero Péricles de. *Formação histórica de Alagoas*. 3. ed ver e ampl. Maceió: Edufal, 2015.

CAVALCANTI, Telma César. *Tradição e juventudes em Alagoas: o grupo de coco de roda xique-xique*. Tese de Doutorado em Educação - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

CAVALCANTE, Joaldo. Salgema: do erro à tragédia. Maceió: Editora do Cesmac, 2020.

CORREIA, José Cícero. *Trabalho, seca e capital: da construção da Ferrovia Paulo Afonso à Fábrica de linha de pedra (1878 – 1914)*. Maceió: Fapeal: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2018.

COSTA, Craveiro. Maceió seu desenvolvimento**:** Inquéritos históricos, sociais e econômicos. *Revista do Instituto Archeológico e Geográfico de Alagoas*. Maceió, número XIII, 1928, p. 11.

DUARTE, Abelardo. *Folclore negro das Alagoas*: áreas de cana de açúcar: pesquisa e interpretação. 2a. ed. Maceió: Edufal, 2010.

DUARTE, Rubens de Oliveira. O protagonismo e a sedução do mar e da laguna em Maceió e o imaginário das águas da cidade. 2019. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019

FUENZALIDA, Maria Paz Josetti. *A trajetória do patrimônio cultural imaterial: política de proteção e formação de um discurso*. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

LINDOSO, Dirceu. *Interpretação da Província***:** estudo da cultura alagoana. 2a. ed. Maceió: Edufal, 2005.

LEMOS, João R. *Bebedouro:* Comunidade de história e de fé. Maceió: Grafcerta, 2003.

LIMA JÚNIOR, Félix. *Maceió de outrora*. Maceió: Sergasa, 1976.

MARQUES, D. L. *Territórios da sociabilidade negra em Maceió (1830-1888)*. Identidade!, São Leopoldo, v. 18, n. 3, ed. esp., p. 357-371, dez. 2013. ISSN 2178-0437X.

MARROQUIM, Adalberto. *Terra das Alagoas*. Roma: Maglione & Strini succ. e. Loescher, 1922.

MÊLO, Airton de Souza. *Operários têxteis em Alagoas: organização sindical, repressão e vida na fábrica (1951-1964)*. Recife: Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2012.

MUNIZ, Catarina Maria Machado. *O Guerreiro Alagoano: histórias, memórias, cultura e patrimonialização entre os séculos XX e XXI*. Dissertação de mestrado em História no Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

RAMOS, Arthur. *Folclore Negro do Brasil*. São Paulo: Casa do Estudante do Brasil, 1954.

REIS, L. V. de S. *O mundo de pernas para o ar: a capoeira no Brasil*. São Paulo: Ed. Publisher Brasil, 1997.

ROCHA, Nadja Waleska Silva. *Théo Brandão, os estudos folclóricos e o campo do patrimônio no Brasil*. Dissertação (Programa de Especialização em Patrimônio - PEP/IPHAN/UFRJ). Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Amanda Barbosa Guedes. *Histórias, memórias e trajetórias da capoeira: a produção do espaço urbano e a prática da cidadania em Maceió*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Alagoas, Maceió/AL, 2023.

SILVA, Joelma Ferreira da. As principais personagens da quadrilha junina em Maceió: características e elementos estéticos. *Cadernos Cênicos*, v. 1, n. 1, 2019, p. 1-15.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio. Em busca de um “risonho futuro”: seduções, identidades e comunidades em fugas no Rio de Janeiro escravista (séc. XIX). *Locus: Revista de História*, v. 7, n. 2, 2001.